



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS – CCSAH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

**O NEGRO, EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO
ENSINO FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE
MOSSORÓ-RN**

MOSSORÓ/RN
2019

VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

**O NEGRO, EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MOSSORÓ-RN**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Ms. Mauro Antônio de Oliveira.

MOSSORÓ/RN
2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S587n Silva, Vanessa Cristina de Oliveira.
O NEGRO, EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA ESTADUAL
DE MOSSORÓ-RN / Vanessa Cristina de Oliveira
Silva. - 2019.
80 f. : il.

Orientador: Mauro Antônio de Oliveira.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo,
2019.

1. Preconceito. 2. Racismo. 3. Educação Para
as Relações Étnico-Raciais em Mossoró RN. 4. Mito
da Democracia Racial . 5. Negro. I. Oliveira,
Mauro Antônio de, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

**O NEGRO, EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MOSSORÓ-RN**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciada em
Educação do Campo.

Defendida em: 22 /03/ 2019.

BANCA EXAMINADORA

Mauro Antonio de Oliveira
Prof. Ms. Mauro Antonio de Oliveira (UFERSA)
Presidente

Luiz Gomes da Silva Filho
Prof. Dr. Luiz Gomes da Silva Filho (UFERSA)
Membro Examinador

Antônia Maira Emelly C. da S. Vieira
Prof.^a Ms. Antônia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira (UERN)
Membro Examinador

*Dedico este trabalho, a minha mãe!
Minha maior incentivadora e apoiadora,
Que muito me encorajou a realizá-lo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu DEUS, que esteve comigo a todo instante, principalmente quando os humanos não puderam entender e atender minhas aflições. Ouviu as minhas preces e me ajudou sem imposições.

A minha família maravilhosa que tanto me apoiaram para chegar até aqui. As minhas amadas irmãs em quem sempre encontro refrigério e alegria para prosseguir. Meu esposo Francisco Wbiraci que durante esses quatro anos e meio, me deu todo apoio financeiro e emocional que eu tanto precisei. Ao meu pai por todos os ensinamentos e conselhos, mesmo os mais silenciosos. Sobretudo a minha mãe, Zilda Cristina, a pessoa que mais torce por mim e me incentiva a “crescer”, sem a qual eu não existiria e resistiria. Obrigada Mãe, TE AMO!

Agradeço imensamente ao meu orientador Mauro Antônio, pela responsabilidade, humildade e sensibilidade que teve comigo, sem o qual eu não teria conseguido finalizar esse processo. Não somente pelas suas pacientes orientações e contribuições, mas por todo o incentivo moral e emocional. Por se tornar um exemplo para mim, por acreditar em mim, e fazer com que eu acreditasse também, OBRIGADA!

Agradeço em especial a todos os professores que fizeram parte dessa jornada e contribuíram com a minha formação. Não só os da universidade como a todos que já conheci desde a alfabetização até a graduação, inclusive os do estágio. Obrigada, vocês me tornaram mais humana, e agora fazem parte de mim, foi impossível sair dessa relação ilesa. Todo o meu respeito e gratidão a vocês.

As minhas amigas e amigos da UFERSA, que me acompanharam durante todo o percurso da graduação, não foi fácil mais foi muito gratificante estar com vocês. Vocês tornaram tudo mais leve. Especialmente aquelas com quem mais me envolvi e que levarei para o resto da vida.

Por fim, agradeço a todos que torceram por mim, seja a favor ou contra, vocês me deram forças e vontade para superar minhas dificuldades, elaborar e concluir essa etapa da minha graduação. OBRIGADA!

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar...

Nelson Mandela

RESUMO

Desde o início da formação da sociedade brasileira a população negra tem sido discriminada e excluída através de um sistema de dominação e imposição da etnia branca sobre as demais. Confortáveis com o mito da democracia racial, a sociedade brasileira e até o sistema de educação de nosso país se omite em tratar a questão do racismo que existe em nossas entranhas até os dias de hoje. Problemática: Como vem acontecendo a Educação para Relações Étnico-raciais no contexto do Ensino Fundamental II em uma Escola da Rede Estadual de Mossoró-RN? Tem como objetivo geral: Analisar como vem acontecendo a educação negra e a sua inserção no ambiente escolar a partir das relações étnico-raciais. Como objetivos específicos: a) compreender a identidade negra no Brasil e como ela tem sido compreendida na educação básica; b) discutir como a prática pedagógica pode influenciar na materialização da identidade negra; e c) Refletir acerca da importância da Educação para as relações étnico-raciais no contexto do ensino fundamental II. A pesquisa se fundamenta em autores como: Freyre (1975); Sodré (1999); Fernandes (2008); Munanga (2005) e Gomes (2008) dentre outros, bem como utiliza documentos oficiais, nº 10.639/03 que altera a LDB (1996), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) promulgada em 2004. Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada, com 03 professores do Ensino Fundamental II. Aplicaram-se ainda questionários mistos, com 11 alunos da instituição investigada. Os resultados apontam que o negro no Brasil tem sido vítima de inúmeros preconceitos e a sua inserção no meio social não ocorre de forma equivalente a etnia branca, por exemplo. Constata-se que muitos de seus direitos enquanto cidadãos lhes são negados e negligenciados, inclusive o direito à educação. Os dados possibilitaram compreender que a escola tem papel fundamental na ressignificação e valorização da cultura negra. Porém a postura da escola e do corpo docente em não adotar discussões em prol da Educação para as Relações Étnico-Raciais acaba contribuindo com a reprodução e perpetuação do racismo entre os alunos e consequentemente na sociedade.

Palavras-chave: Preconceito. Racismo. Educação para as Relações Étnico-Raciais em Mossoró-RN. Mito da Democracia Racial. Negro.

ABSTRACT

Since the beginning, in the formation of the Brazilian society, the black population has been discriminated and excluded through a system of domination and imposition of the white ethnicity on the others. Comfortable with the myth of racial democracy, Brazilian society and even the education system of our country omitted to address the issue on racism that exists in our guts until these days. Problematic: How has Education for Ethnic-Racial Relations in the context of Elementary School II been doing in a School of the State system in Mossoró-RN? Its general objective is: To analyze how black education has been doing and its insertion in the school setting as of the ethnic-racial relations. As specific goals: a) to understand black identity in Brazil and how it has been understood in basic education; b) discuss how pedagogical practice can influence the materialization of black identity; and c) Reflect on the importance of Education for ethnic-racial relations in the context of primary education II. This research is based on authors as: Freyre (1975); Sodré (1999), Fernandes (2008); Munanga (2005) and Gomes (2008) and others still, as well as using official documents, nº 10.639 / 03 that amends the LDB (1996), as well as the National Curricular Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education (DCNERER) promulgated in 2004. Data were obtained through a semi-structured interview, with 03 teachers from Elementary education II. Mixed questionnaires were also applied, with 11 students from the institution investigated. The results indicate that black people in Brazil have been the victims of numerous prejudices and their insertion in the social setting does not occur in a way equivalent to white ethnicity, for example. It is noted that many of their rights as citizens are denied and neglected, including the right to education. The data made it possible to understand that the school plays a fundamental role in the re-signification and valorization of black culture. However, the school's and the teacher staff position in not taking discussions in favor of Education for Ethnic-Racial Relations ends up contributing to the reproduction and perpetuation of racism among students and consequently in society.

KEY WORDS: Prejudice. Racism. Education for Ethnic-Racial Relations in Mossoró RN. Myth of Racial Democracy. Black people.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Reprodução de Atitudes Racistas	61
Gráfico 2	–	Negros e Brancos no Ambiente Escolar.....	62
Gráfico 3	–	Preconceito Racial na Escola	63
Gráfico 4	–	Falando sobre Racismo	64
Gráfico 5	–	Discussão do preconceito Racial na Sala de Aula.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	O Papel do Componente Curricular na EREER	52
Quadro 2	–	Prática Pedagógica dos Professores	55
Quadro 3	–	Educação como Veículo de Transformação	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNERER - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais

ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SECADI - Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, diversidade e

inclusão TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA MUTILADA.....	17
2.1 Identidade negra no Brasil, uma dívida histórica	17
2.2 Miscigenação e Racismo numa perspectiva conceitual	25
2.3 (Re) integração do negro e os espaços de luta no século XX.....	29
3 O NEGRO NA EDUCAÇÃO: UM DEBATE URGENTE	34
3.1 Direito à educação e inclusão dos negros	34
3.2 A legislação e os desafios da educação para os povos negros	40
3.3 Prática docente na perspectiva da EREER.....	45
4 PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS ACERCA DA EREER NO ENSINO FUNDAMENTAL II	52
4.1 Caracterização do <i>lócus</i> e o perfil dos sujeitos	52
4.2 Proposta metodológica manipulada na pesquisa.....	52
4.3 A concepção dos professores acerca da EREER na prática pedagógica	53
4.4 A visão dos alunos acerca do racismo e o preconceito no cotidiano escolar.....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICES	76
APÊNDICES – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES.....	76
ANEXOS – TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	78

1 INTRODUÇÃO

Na educação brasileira de forma geral, é essencial discutirmos a presença e a participação dos negros africanos na construção e formação de nossa sociedade, que em muitos momentos foram e são negados. Ao serem trazidos para o Brasil, trouxeram consigo sua cultura, costumes, culinária e religião, contribuindo com a miscigenação tão característica da população brasileira até os dias de hoje.

Infelizmente a dominação e imposição do branco europeu colonizador, sobre as demais “raças”, acabou por delimitar o ideário da inferioridade do negro em relação ao branco, e vem sendo reforçado e reproduzido ao longo do tempo por diversas pessoas, classes, setores e até intelectuais de dadas épocas.

Logo vemos que o preconceito e/ou discriminação racial no Brasil, tem suas raízes fincadas a partir da colonização, momento em que o negro sofria com escravidão física, e hoje tem que lidar com o racismo e invisibilidade por causa da cor de sua pele herdada de muito tempo.

Dessa forma, os mecanismos sociais acabam por reproduzir o preconceito racial, e não nos enganemos a escola também é uma instituição social que traz para o seu interior diversas práticas e comportamentos da sociedade na qual está inserida. Diante dessa discussão, procuramos responder a seguinte questão: **Como vem acontecendo a Educação para Relações**

Étnico-raciais no contexto do Ensino Fundamental II em uma Escola da Rede Estadual de Mossoró-RN?

Tendo em vista que desde da formação da sociedade brasileira, há essa predominância e imposição da cultura branca sobre as demais e que a escravidão é o principal motivo que desencadeou a exclusão e marginalização do negro e foi um evento bastante significativo e definidor de nossa história, refletirmos como essa questão incide na esfera educacional.

Apesar de muitos pregarem que não existe o racismo, discriminação e o preconceito racial, podemos vê-los constantemente em nossas relações sociais, na mídia, no comércio, e na escola por exemplo, estão impregnados de discriminação racial.

Dessa maneira utilizaremos constantemente os conceitos de Racismo, Discriminação Racial e Preconceito Racial em nossa discussão. Para Silva (2005): “O conceito de racismo, [...] é mais do que discriminar ou ter preconceito racial, é uma ideologia que estabelece relação hierárquica entre características raciais e culturais e dissemina ideias de que algumas raças são, por natureza, superiores a outras”. E isso pode ser observado desde a formação da nossa

sociedade, existe em nosso meio essa ideia de que a raça branca é o modelo dominante, naturalmente superior aos não brancos e que, portanto, deve ser seguido e mantido.

Em relação ao Preconceito Racial, a própria palavra pré-conceito nos traz a noção dessa ideia negativa pré-formada sobre algo que se estabelece no imaginário das pessoas, e que por falta de conhecimento sobre determinada questão ali se mantém Munanga (2005. p. 62) define o preconceito como:

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Assim o preconceito é entendido como uma questão que além do individual, ela perpassa toda a sociedade, formando um julgamento negativo preconcebido a certas pessoas e grupos. Em relação a Discriminação Racial, de acordo com a Convenção da ONU/1966, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, em seu Artigo I define:

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Portanto, a discriminação racial é a exclusão ou impedimento que um indivíduo pode sofrer em exercer a sua cidadania e participação na sociedade de forma equivalente aos outros por conta de sua raça, de sua cor. O que tem sido frequente aos grupos negros, tornando-se ponto de partida para suas lutas.

Nessa perspectiva, elegemos como objetivo geral da presente pesquisa analisar como vem acontecendo a educação negra e a sua inserção no ambiente escolar a partir das relações étnico-raciais.

Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos; a) Compreender a identidade negra no Brasil e como ela tem sido tratada na educação básica; b) Discutir como a prática pedagógica pode influenciar na materialização da identidade negra; e c) Refletir acerca Educação para as relações étnico-raciais no contexto do ensino fundamental II.

O interesse em pesquisar sobre o assunto mencionado, surgiu de uma experiência pessoal, onde observou-se o comportamento de uma criança ser alterado a partir da sua inserção

na escola. Alterou seu comportamento em relação ao olhar do outro, identificando desse modo atitudes preconceituosas.

A sociedade de forma geral tem uma dívida histórica, imensa com a população negra, nesse sentido, o tema promove um olhar reflexivo. Não podemos mais tolerar que pessoas sejam tratadas como inferior por conta de uma característica biológica, como a cor de sua pele, muito menos que isso seja transmitido nas nossas escolas. Nesse sentido é de fundamental importância discutirmos sobre a reprodução de atitudes preconceituosas no Ensino Fundamental II.

O trabalho servirá como base para outras pesquisas ou orientações acadêmicas. Na Licenciatura em Educação do Campo em específico, é de suma importância entender a questão racial e suas implicações na vida escolar e em sociedade de forma geral, para que possamos trabalhar na criação de ações, mecanismos, práticas e programas que venham barrar o preconceito de forma geral.

Os dados foram analisados por meio de uma abordagem qualitativa, que possibilita uma maior compreensão do tema, pois está aceita e considera as diferentes interpretações que possam surgir da relação mundo e sujeitos, onde tentaremos entender as relações humanas no que diz respeito a temática em questão, em específico no ambiente escolar.

O trabalho foi desenvolvido através de revisão literária em livros, artigos e documentos oficiais, com o intuito de dialogar com outros autores que já desenvolveram trabalhos científicos que tratam da mesma temática, onde, de acordo com Lima e Miotto (2007 p,38) “a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa”.

Utilizamos a revisão literária, porque queremos fazer um breve balanço de como a temática vem sendo estudada. Nesse sentido, nos utilizamos de pesquisas já publicadas sobre a assunto a fim de agrupar uma gama maior de experiências para enriquecer a nossa discussão, e alcançar os nossos objetivos de forma mais consistente e significativa.

Realizamos também pesquisa de campo, em busca de elementos empíricos que possam embasar a discussão de nossa temática na prática, para tanto, utilizamos como instrumentos de pesquisa: a) Entrevista Semiestruturada, para os professores, b) Questionário de perguntas mistas, para os alunos, por considerar que estes são essenciais para alcançar o propósito da pesquisa em tela.

A análise dos dados obtidos na entrevista com os professores, foram organizados em categorias para melhor interpretá-los e apresentá-los. Nessa lógica é possível agrupar e classificar informações comuns referente ao tema central do estudo, delimitando e organizando os elementos essenciais que darão sustentação à pesquisa. As repostas alcançadas a partir dos

questionários aplicados aos alunos foram distribuídas e organizadas em quadros, onde estes fornecerão uma sistematização na interpretação dos enunciados dos sujeitos.

A estrutura da nossa monografia foi dividida em 4 capítulos: sendo que no Capítulo 01 tratamos da Introdução do trabalho, no qual estão explicados a estrutura da pesquisa, como a problemática, os objetivos, metodologia e em suas partes constituintes. No capítulo 2: “O negro no Brasil: uma história mutilada”, refletimos sobre a trajetória de exclusão e marginalização a qual o negro enfrenta desde a formação do Brasil. No capítulo 3 “O negro na educação, um debate urgente”, discutimos sobre as dificuldades e lutas dos negros para sua inserção na educação. No capítulo 4 “Perspectiva dos professores e alunos acerca da EREB no Ensino Fundamental II” foi apresentado os resultados e análises das entrevistas e questionários que foram aplicados a professores e alunos. 5 “considerações finais”, onde elaboramos uma conclusão a respeito das informações obtidas na revisão bibliográfica e na pesquisa de campo e ainda referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 O NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA MULTILADA

Este capítulo propõe uma reflexão sobre a formação da identidade negra no Brasil, tomando como ponto de partida a migração forçada que estes tiveram que assumir e posteriormente suas formas de resistência e organização em prol de seus direitos, em foco aqui o direito a educação em terras brasileira. Onde também analisamos de forma breve, o que diz a literatura sobre os conceitos de miscigenação e racismo.

2.1 Identidade negra no Brasil, uma dívida histórica

A discriminação racial e desvalorização do negro no Brasil, de acordo com a historiografia surge a partir de meados século XVI, baseado na lógica europeia de dominação e exploração de outros continentes como a África e América por exemplo. Nesse sentido, os europeus acreditavam ser uma raça superior as demais e, que eram destinados a conquistar e subordinar outros povos e civilizações para garantir a sua soberania, sem importar o dano que isso poderia causar a outras sociedades, como negros e indígenas que foram mártires principais desse processo. Para tal, escravizavam, exploravam e faziam uso de mão-de-obra barata gerando e acumulando, riqueza e poder.

Dessa forma, a trajetória do negro no Brasil em específico, inicia-se quando as primeiras frotas de navios negreiros atracam no litoral do Brasileiro. É no século XVI, com a colonização portuguesa no Brasil, que milhares de negros africanos escravizados são trazidos de forma brutal para o país, com o objetivo de servir como base para a construção da nova sociedade escravocrata que abrolhava. Silva e Silva (2014, p.193), ressaltam: “Não era fácil a vida na colônia portuguesa para os escravos. Subjugação, trabalho. Castigos físicos e punições eram aspectos essenciais da escravidão”.

Dito isto, se percebe que os negros africanos escravizados foram deportados do seu lugar de origem, tornando-se cativos e obrigados a trabalhar para sustentar o plantio da cana-de-açúcar e a extração de minério entre outras atividades econômicas no Brasil, Neto (2013). Tratados como mercadoria desde a sua partida da África, faziam o percurso transoceânico em condições desumanas e insalubres, amontoados nos porões dos navios negreiros, sem a mínima higiene, expostos a toda sorte de doenças, muitas vezes causadas pelos seus próprios dejetos, ao aportarem essa condição pouco se alterava, pois não possuíam nenhum tipo de direito em terras brasileiras:

Negros e escravos foram compreendidos como sinônimos. Isso resultou na construção de concepções que reduziram ambos à condição de objetos, ou seja, indivíduos em situação de absoluta dependência, sem nenhuma capacidade de ação dentro da sociedade escravista. Desta forma, a condição de sujeito foi negada, cedendo lugar a narrativas que delimitaram lugares sociais específicos para os membros desse grupo racial (FONSECA; BARROS, 2016, p. 23).

É nessa perspectiva que vai se delineando uma identidade pejorativa e negativa do negro. Reduzido à objeto e força bruta para servir e trabalhar. Sempre pensado como um sujeito abaixo da sociedade e destinado naturalmente a subordinação e submissão.

De acordo com o dicionário, identidade seria um conjunto de características que identificam um indivíduo ou um grupo de acordo com o seu conjunto de características próprias. Segundo Munanga (2003, p.38) “A identidade é, para os indivíduos, a fonte de sentido e de experiência”. Dito isto, questiona-se existe povo ou grupo sem identidade? Quem e o que definem então essa identidade? Tentaremos refletir de que forma está se constitui em relação a figura negra.

Muitos não sobreviviam ao trajeto África-Brasil que durava em média 2 a 3 meses, dependendo das condições climáticas por exemplo, morriam de fome, doenças e maus tratos. Já em terra firme eram despejados nas lavouras, nos engenhos, na mineração e nas senzalas, separados em lotes, sem importar suas ligações afetivas ou familiares, era como se não fossem gente, como se não tivessem alma. Mesmo encurralados pela escravidão traçavam formas de resistência e sobrevivência de seu próprio corpo e de sua cultura Hernandez (2008).

Apesar da violência cultural, sexual, religiosa, física e psicológica sofrida pela população negra ao serem introduzidos no Brasil, eles suportaram, se articularam e ainda tentaram manter consigo as suas tradições, crenças, costumes, saberes e língua que se traduzem na sua verdadeira identidade, mas que foram o tempo todo, negadas, ocultadas e sufocadas, dissipando-se devido a um sistema grosseiro de dominação.

Durante os mais de trezentos anos de escravidão foram trazidos para o Brasil milhões de negros africanos de várias partes da África, oriundos de diversas civilizações que serviram não somente como escravos, mas como construtores da base da sociedade brasileira, do Brasil colonial, de acordo com Freyre (1975, p. 203):

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África "donas de casa" para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril;

comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometano.

Afirmações como essa, reforçam e deixam claro que não se pode negar a participação do negro na construção da sociedade brasileira. Porém, a imagem que se forma é no sentido escravista, formando uma identidade insignificante, num reconhecimento negativo. Onde o negro fez parte da construção da nação, na forma de mão-de-obra unicamente, e, portanto, não merece gozar dos mesmos direitos que outros grupos étnicos podem.

É importante lembrar que, ao chegarem no Brasil, os portugueses tentaram fazer uso do trabalho indígena para concretização de sua exploração em terras tropicais, antes utilizadas apenas para a subsistência dos nativos que nela habitavam, porém, essa alternativa não se mostrou a mais viável por conta de alguns fatores como por exemplo, o conhecimento que os indígenas tinham sobre o território, fato que facilitava a sua fuga e a proteção que os jesuítas exerciam, sob o intuito de catequizá-los ao cristianismo.

O caminho desenhado pelos portugueses, seguiria em direção à exploração dos negros africanos que se dava através do sistema de escravidão, salientando que tal modelo difere do encontrado no continente africano. Em tais circunstâncias, nota-se que o negro era visto como um instrumento econômico, posto em prática através da comercialização dos mesmos, o qual era visto como uma opção mais interessante e lucrativa. Isso não implicou numa posição confortável para os nativos, pois a principal intenção dos colonos era explorar e extrair riquezas para a coroa portuguesa:

Em diversas situações, índios e negros, por vezes aliados, lutaram – desde o início da ocupação e exploração do continente – contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens e direitos. Os negros, diferentemente dos índios – considerados como “da terra” –enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais (LEITE, 2000, p. 334).

A citação acima, nos remete a violência sofrida por esses grupos (negros e indígenas) com a colonização europeia no Brasil, suas formas de viver foram perversamente ignoradas e estes obrigados a assumir uma outra forma de viver, deixando de lado a sua verdadeira identidade, que de certa forma realmente foi mutilada.

Durante todo o período colonial no Brasil, a mão-de-obra escrava foi amplamente utilizada nas mais variadas funções, o negro ocupava papel central no processo de produção. Das formas mais violentas e abusivas eram obrigados a trabalhar longas jornadas e, se não as

cumprisse eram castigados de formas terríveis. De acordo com Freyre (1975) para alguns senhores, os escravos tornaram-se mãos e pés, responsáveis não só pelas atividades nas lavouras, mas pelos seus deslocamentos, onde eram carregados em redes, ao vestirem e abotoarem suas roupas e até mesmo nos momentos íntimos na toalete.

Andavam descalços para que todos vissem a sua condição de escravo, os que conseguiam de alguma forma a sua alforria podia usar calçados, e isso também era uma forma de distinção do negro escravo e do negro “livre”, para que seu comportamento pudesse ser a todo tempo vigiado.

Quando morriam não podiam ser sepultados da mesma forma que os brancos e seus superiores, seguindo o que sua religião orientava, dentro de uma igreja, perto de seus deuses e com roupas finas, eram queimados sem nenhuma cerimônia ou enterrados em covas rasas, o que contrariavam totalmente os rituais de sua religião verdadeira, Pereira, (2008). Os europeus estavam sempre impondo à sua cultura, religião, os seus costumes, enfim o seu modo de viver, sobre negros e indígenas, sem jamais considerar que eles já possuíam uma forma própria de fazer e viver tudo isso.

Como vemos, o papel do negro na formação da sociedade brasileira foi fundamental, contribuindo além de sua força de trabalho, mas estes foram relegados a invisibilidade, tendo a sua própria história contada a partir do olhar do opressor colonizador, refutando e distorcendo em muitos momentos a sua identidade e favorecendo a formação de uma identidade negativa em torno desse grupo, desconstruindo a sua própria cultura.

Numa perspectiva eurocêntrica, e a partir do olhar do não negro, é que a trajetória do negro é contada para as outras gerações, nos veículos midiáticos e até mesmo nas escolas até hoje, sem levar em conta todos os desafios e contradições que estes enfrentaram, como se essas memórias não fizessem parte da nossa formação identitária enquanto uma só nação:

Essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 16)

A identidade e a presença negra são parte fundamental da nossa história enquanto povo e nação. Sim, é a mistura de todas etnias que aqui conviviam que formam a identidade nacional, porém não deveriam ser assimiladas e camufladas para serem representadas por um único

modelo, o branco dominante que em nada representa essa diversidade e pluralidade étnica que se fomentou aqui no Brasil.

Talvez raramente falemos das formas de resistência que o negro escravizado usou para subsistir, como se este tivesse aceitado toda a imposição de forma passiva e sem esboçar nenhuma reação contrária, o que seria o quilombo se não uma forma de resistência? O quilombo era o lugar onde o negro que conseguia fugir, poderia se refugiar e passar a morar, quando não eram recapturados pelos capitães do mato¹, longe das agressões e imposições dos seus senhores. Tendo uma vida um pouco melhor do que nos engenhos e senzalas.

Havia também resistência através de atos como parar de se alimentar, como alternativas a escravidão, onde alguns acreditavam ser possível libertar suas almas, ou retornar a sua origem. Neste aspecto, destacam-se uma série de problemas enfrentados pelos os mesmos, como afogados, envenenados, e o banzo que era muito comum, onde o negro passava a ingerir areia ao invés de alimentos, até chegar a morte. É certo que coletivamente ou individualmente os negros escravizados se articulavam buscavam formas de se desvencilhar de sua condição miserável.

Essa postura pode ser conferida quando percebemos a própria formação dos Quilombos, Para Hernandez (2008) sempre houve resistência a escravidão negra, desde o momento em que o colonizador europeu, de forma violenta tentava retirar o negro de seu lugar de origem. Porém a literatura tradicional sob influência europeia traz consigo alguns equívocos que camuflam, distorcem e tentam esconder as várias formas de resistência adotadas pelos escravizados em vários momentos de sua história e dessa forma é que se circunscreve a identidade negra.

A escravidão no Brasil durou mais de 300 anos, foram mais de três séculos em um sistema cruel e desumano, onde vários seres humanos foram torturados e mortos para garantir a produtividade da colônia. Houveram várias tentativas em manter a escravidão para garantir o lucro e comodidade que está proporcionava aos senhores de escravos, criando por exemplos leis com pouco ou nenhum efeito benéfico para os escravizados, como a lei do ventre livre e a lei dos sexagenários em 1885.

Mas, só em 13 de maio de 1888 que foi sancionada a Lei Áurea que tornava extinta a escravidão no Brasil, depois de muitas lutas e articulações dos movimentos sociais da época que defendiam a causa. Menezes (2009) ressalta que o Brasil foi o último país a libertar os seus escravos, depois de muita pressão dos movimentos internos, e alguns interesses externos

¹ Empregados das fazendas no período do Brasil Colonial, responsáveis por recapturar escravos fugidos.

também. Todos esses episódios contribuem diretamente na formação da identidade negra, os longos anos de escravidão, os trâmites para sua “libertação”, formam uma imagem do negro dominado, subordinado e dependente da vontade dos não negros.

Diante desse contexto, se percebe que na sociedade escravocrata haviam também pessoas brancas que eram contra a escravidão, advogados, jornalistas, médicos, filósofos, escritores entre outros que defendiam e lutavam pelo fim do sistema, eram os abolicionistas, que contribuíram significativamente com o movimento que culminou na “libertação” dos escravos, juntamente com as pressões internacionais de acordo com Menezes (2009).

Nessa perspectiva, o século XIX foi marcado por insurreições, revoltas, tentativas de independência e de libertação dos escravos. A abolição da escravidão foi pauta constante dos abolicionistas, que conseguiram inclusive formular algumas leis, como a Eusébio de Queiroz de 1850 que proibia o tráfico de escravos, mas a sua efetivação na prática muitas vezes fora corrompida, pois o tráfico fluía longe da fiscalização:

Diversas alternativas para o problema da escravidão que oscilavam entre as ideias liberais e o preconceito foram oferecidas. Um ponto comum entre os que ofereciam soluções era a necessidade de preparar o negro para a liberdade e de educá-lo para que fosse capaz de viver em sociedade (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Mas a abolição não contempla a inclusão. A libertação dos escravos não significou o reconhecimento e fortalecimento de sua identidade, a sua inserção no mercado de trabalho, nas escolas e muito menos na sociedade, foram jogados a própria sorte sem nenhum tipo de política pública ou incentivo financeiro para tocar a vida;

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 29).

A fala de Fernandes (2008) é incisiva no sentido de evidenciar um quadro de alerta para o futuro da população negra dado cenário descrito. Daí podemos perceber que condições essas pessoas tiveram para recomeçar a vida, se inserirem na sociedade e construírem uma identidade

vista como positiva? Nenhuma! Não houve nenhum tipo de retratação e incentivos para que estes pudessem viver em conformidade com o restante da sociedade da época.

Sem ter onde trabalhar e morar de forma digna, lhes restou a exclusão, marginalização, discriminação e o preconceito, que em larga medida, insiste em permanecer até hoje, todos embutidos no mito da democracia racial² brasileira, como descreve Freyre (1975). Daí a dificuldade em identificá-los e combatê-los, se dá mediante ao falso discurso que assumiu uma posição de destaque na sociedade brasileira, onde acredita-se que no Brasil não existe mais o preconceito e discriminação racial que um dia existiu, que tudo isso foi automaticamente deixado para atrás a partir da abolição, que todos somos iguais e gozamos dos mesmos direitos.

Não é à toa que até hoje no Brasil, os maiores números de pessoas em situação de favela sejam de negros, com um grande contingente da população carcerária é de negros, o maior número de pessoas que trabalham em situações análogas à escravidão é de negros, o maior número de pessoas que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza são de negros, entre outras mazelas. Que outra imagem poderia se formar na cabeça das pessoas se não uma imagem depreciativa? Por isso a dívida é histórica, não é de hoje a desvalorização do grupo negro.

O negro sofreu todo tipo de violência durante os longos séculos de escravidão em terras brasileiras. A sua condição de escravizado no período colonial, lhe rendeu uma posição desconfortável, forjando essa identidade desprestigiada, e que logo após a abolição em prol da modernização deveria ser extinta. Quando não era mais possível sustentar o sistema escravista, foram rejeitados e negligenciados, reduzidos a uma identidade degradante, que nada tinha a ver com a verdadeira figura do “homem Brasileiro” como ressalta D’avila (2005).

São vários os indícios em vários momentos, de tentativas de extermínio da população negra do Brasil. Essa visão não sofrerá mudanças a partir de 1889, ano em que é promulgada “a proclamação da república”, bem como um marco da tentativa de branqueamento da nação brasileira, uma ideologia amplamente aceita, onde houve um grande incentivo da imigração de pessoas de várias partes da Europa. Pessoas brancas para que pudessem embranquecer a nação através do cruzamento entre brancos e mestiços fazendo desaparecer a população negra, que agora era maioria, até o final do século XX, (D’avila 2005). A teoria do branqueamento defendida pelo autor referenciado teve um papel relevante naquele contexto, pois vendia o

² Termo formulado por Gilberto Freyre que denota que o Brasil está livre do preconceito racial gerado pela mistura de diversas raças e etnias.

discurso de que as pessoas não brancas deveriam passar pelo processo de transformação e torna-se pessoas embranquecidas.

Outra teoria também vinda da Europa e organizada no Brasil por volta do século XIX, foi a Eugenia³ da raça humana, através da qual seria possível selecionar uma raça pura, a raça branca de origem europeia, higienizando assim a sociedade brasileira, através de algumas ações barrar a miscigenação, enaltecendo a raça branca e abandonando o negro a pobreza e ao descaso para que assim este desaparecesse.

Temos assim, no século XIX uma forte influência europeia de cientistas, médicos, filósofos e diplomatas, como Francis Galton, Arthur de Gobineau, Louis Agassiz entre outros, que defendiam e tentavam provar a teoria de que o negro seria inferior ao branco, principalmente no que diz respeito às características intelectuais e morais, com isso defenderam e intensificaram a ideia do racismo aqui no Brasil, como também aponta D'avila (2005).

Nesse empreendimento de trucidar a pessoa negra, vários intelectuais brasileiros também compraram e ajudaram a difundir as ideias eugênistas racistas em nosso país como os autores José de Alencar, Monteiro Lobato e Raimundo Nina Rodrigues, todos esses acreditavam que para se ter progresso e alcançar a modernidade era preciso aniquilar os negros e mestiços, por consequência acabam manipulando e formulando um ideológico racista e preconceituoso, para com a identidade negra.

Até chegarmos as leis que temos hoje em relação aos direitos da população negra, percorremos uma longa trajetória de lutas e insurreições que custaram muitas vidas, como a Revolta dos Malês em 1935 em Salvador, na qual negros mulçumanos insatisfeitos com a imposição do cristianismo, a escravidão e preconceito, por não poderem ascender socialmente se revoltam, a Revolta da Chibata em 1910 no Rio de Janeiro, onde marinheiros afro-brasileiros e mulatos se revoltaram contra oficiais navais brancos que os puniam fisicamente com chibatadas. Onde mostram formas iniciais de movimentos negros mais articulados e abrangentes que antes, (Silva e Santos 2012).

A partir dos exemplos mencionados, talvez seja possível termos uma noção do tamanho da luta que a população negra do Brasil teve que travar para manter a sua identidade, e posteriormente a sua incessante busca por cidadania, para que fossem reconhecidos e incorporados à sociedade como qualquer um outro brasileiro. Muitos direitos lhes foram negados, inclusive alguns, essenciais para que tivessem condições de se integrar à sociedade,

³ Termo criado por Francis Galton, cientista inglês, em 1883, que significa “bem-nascido”. A intenção era a seleção da raça humana, até se chegar ao melhoramento das futuras gerações, restando apenas indivíduos com características da raça “superior”.

como por exemplo o direito a educação e ao reconhecimento de sua própria identidade no contexto da miscigenação e racismo que iremos refletir no tópico a seguir.

2.2 Miscigenação e Racismo numa perspectiva conceitual

O processo de formação de nossa nação passou por um intenso processo de miscigenação, hora influenciado pela mistura das três etnias que aqui se encontraram a partir da colonização, hora marcado pelo demasiado processo de imigração propositiva que marcou o período pós-abolição. Ambos incidem diretamente na questão do racismo aqui no Brasil, tendo em vista esses acontecimentos o tópico irá tratar acerca dos conceitos de miscigenação e racismo na literatura e o que estes indicam sobre a questão negra no Brasil.

De acordo com o dicionário priberam, miscigenação é o cruzamento de raças e etnias distintas, ou seja, uma mistura. Que no caso do Brasil, essa mistura foi amplamente desencadeada por conta da diversidade de povos que chegaram até aqui, seja de forma forçada como os negros africanos escravizados, ou por escolha própria e interesses econômicos como no caso dos europeus, onde estes vieram a se relacionar diretamente com a população nativa que aqui já habitava, fermentando uma intensa mistura, e a formação de uma nação miscigenada.

Diante disso, refletimos sobre a condição do negro dentro desse composto, que se funda em um sistema escravista, e teve como principal fonte de manutenção o trabalho escravo dos negros. O que comprometeu profundamente a situação e forma de viver dos povos negros mesmo após o processo de abolição da escravatura.

Em conformidade com as reflexões de Freyre (1986) e Damatta (1975) no caso da identidade negra no Brasil, as principais dificuldades encontradas para manter e garantir sua identidade, o seu espaço e visibilidade e consequentemente a sua inserção no meio educacional, foram a ideologia da miscigenação e da democracia racial, sob o discurso de que tínhamos uma identidade única, que seria cada vez mais homogeneizada através da assimilação e “mistura” das diferentes raças que conviviam.

Nesse sentido, chegaríamos a um grupo étnico-racial único, onde restariam apenas as características do modelo dominante da sociedade. Para Munanga (1999, p. 111) “A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções) acolhe-o, estima-o e aceita-o no seu meio”.

Diante disto, percebemos que a todo momento à uma tentativa de refutar a identidade negra no Brasil. Tanto é que, no final do século XIX e início do XX, a classe intelectual e a elite dominante brasileira acreditavam que a população negra era uma ameaça para o desenvolvimento do país, crenças nas ideias eugênicas europeias não suportavam a ideia do contato físico e sexual entre as diversas raças, elas não deveriam se misturar, pois resultaria num mestiço deficiente e sem qualidades, a solução era superar e exterminar esse povo para garantir a construção de uma nação genuinamente branca, conforme Sodré (1999, p. 263):

A cor branca extrai sua hegemonia do fato de deixar presente na realidade inteira do indivíduo – seja ele rico ou pobre – a possibilidade de exercício de uma dominação, já que as identidades constroem-se no interior de relações de poder assimétricas. Ele tende a esconder, no essencialismo absolutista da pele, a relação histórica de poder – tanto as situações imperiais ou coloniais quanto as condições sociais para hegemonia socioeconômica de um grupo determinado, real ou imaginariamente vinculado à civilização europeia.

Nessa perspectiva, para a elite intelectual brasileira dessa época, se fazia urgentemente necessário formar uma identidade nacional, uma imagem e um modelo de brasileiro e da nação que acabara de se formar, isso significava romper com a tríade existente, onde indígenas, africanos e europeus coexistiam, para (D’ávila 2005) “a raça era um processo em desenvolvimento – uma etnicidade comum a que todos os brasileiros iriam pertencer assim que removessem as condições culturais e higiênicas inferiores”. Esse pensamento vai sendo adotado na prática, e é nesse contexto que a figura negra é negativamente dentre as demais que coexistem nesse cenário de miscigenação.

A ideia era que a partir da miscigenação as outras raças seriam assimiladas restando apenas o modelo branco, europeu civilizado, nesse sentido o racismo no Brasil:

[...] se caracteriza pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na "raça" e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade. Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras consequências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio. (MUNANGA, 1999, p.111)

Nesse sentido, vai se negando toda e qualquer diferença que não seja a “raça” branca, principalmente a identidade negra que em vários momentos vem sendo negada e truncada, assim vai se camuflando um racismo típico brasileiro, não tão escancarado, mas que sempre

esteve em nossas entranhas, para Damatta (1986, p.31) sobre o racismo à brasileira “Numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é forma muito mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem no seu lugar e “saibam” qual é ele”.

Para Munanga (1999) o racismo que se instalou no Brasil se constitui em uma negação da diferença, dessa forma há uma busca em assimilar os grupos étnicos que não pertencem ao segmento étnico dominante, lançando uma avaliação negativa em qualquer que se diferencie do grupo dominante.

Diante do que foi apresentado, podemos definir o racismo como uma discriminação social por conta da etnia, onde um grupo étnico se sente superior a outro pelas diferenças em suas características biológicas ou culturais por exemplo. Podemos afirmar que no Brasil, trata-se de um racismo e uma discriminação amplamente aceita e institucionalizada, onde a população incorporou as ideias eugênistas de uma elite dita intelectual sem questionamentos, e o estado sempre se omitiu em tratar a questão.

Nessa perspectiva, os negros foram trazidos de forma forçada, usados cruelmente, e depois deixados ao deus dará Leite (1998, p. 334) afirma que: “Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição (1888), os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao estado”. Ou seja, outros grupos étnicos e até os estrangeiros que chegam ao Brasil tem seus direitos assistidos mais que os negros que estão aqui desde a colonização, e foram fundamentais para a construção do país.

E mais uma vez é nessa perspectiva, que vai se formando a identidade negra na sociedade brasileira, aquela que é deixada de lado, as margens, sem incentivos nem políticas públicas. A qual ninguém quer pertencer ou ter contato, então ignora-la e estigmatiza-la é “natural”.

A identidade se forma a partir da aceitação de uma ideologia dada sem questionamentos, vai se formando essa imagem de um negro, passivo e que aceita toda e qualquer imposição sem reclamar e sem resistir, e que ninguém se incomoda em mudar essa situação, estão inertes.

Como programado, o Brasil passou por um intenso processo de miscigenação sim, mas ainda assim não conseguiu o resultado esperado do processo de branqueamento, acabou dificultando em alguns momentos, a formação de uma identidade negra, até pela própria pessoa negra, que por muitas vezes não se reconhece numa identidade tão negativa, e que recebe uma carga tão pesada de preconceitos. Tal entendimento se amplia na perspectiva de Silva ; Alencar (2014, p. 27) quando descreve o cotidiano dos negros em um dado contexto:

Quantas vezes são ouvidas piadas pejorativas que denigrem sua imagem, como: “*ei, nêga do cabelo pixaim*”, “*cabelo de Bombril*”, “*nêga do óleo*”, dentre outras. A naturalização de tais agressões racistas é nítida, podendo ser internalizadas pelo negro – o eu pode produzir sentimento de inferioridade por isso precisou ressaltar a autoestima e a identidade do ser negro de maneira positiva.

Por outro lado, mesmo diante de todos os obstáculos hora vistos, é importante ressaltar que houveram os que sempre resistiram e lutaram para manter viva a sua origem, as suas raízes a sua cultura e a sua existência Munanga (1999, p.110) ressalta: “Se, por um lado, esse tipo de racismo engendrou o segregacionismo, por outro lado sua dinâmica permitiu a construção de identidades raciais e étnicas fortes no campo dos oprimidos desses sistemas”. O que se torna um elemento fundamental na luta pelo reconhecimento dessa cultura e identidade, que segundo o mesmo autor, essa resistência deu origem a mais resistência.

Não é novidade que a literatura tradicional, eurocêntrica, traz consigo uma versão deturpada da história dos negros no Brasil desde a sua diáspora forçada de África, são muitos equívocos, ausências e silenciamento em relação a essa população. Embora essa visão dada pela mídia confirme a ideia da “história dos vencedores” não podemos aceita-la de forma inquestionável.

A ideia de, a partir da miscigenação biológica resultar em uma miscigenação cultural e étnica, deixa claro a ideologia racial que aqui se estabelece, e o porquê de sermos sim um país extremamente racista e o segundo com o maior contingente de negros ficando atrás somente da Nigéria (GELEDÉS, 2018).

O racismo e o preconceito que vem sendo germinado e reproduzido desde a nossa colonização, deixam marcas e traça o perfil da sociedade na qual estamos inseridos. E isso é muito fácil de constatar seja nas simples “brincadeiras”, expressões, olhares e comportamentos do dia a dia, ou nos dados alarmantes que se tornam banal.

A Revista Exame (2016) com base em dados do IBGE enfatiza: “Negros são 54% da população, mas sua participação no grupo dos 10% mais pobres do país é muito maior: 75%”. O que nos mostra, que não adianta negar essa ferida que a escravidão deixou, a desigualdade do nosso País é permeada pela questão da cor, e na prática se traduz no racismo extremamente arraigado que possuímos.

Nessa perspectiva, discutiremos a seguir sobre alguns dos desafios e contradições que a população negra enfrenta desde a colonização, para garantia de seus direitos e a sua inserção na

sociedade de forma equivalente, tomando como foco a luta do movimento negro ao longo dos anos, que se torna responsável por grandes conquistas dos grupos negros.

2.3 (Re) integração do negro e os espaços de luta no século XX

Neste tópico discutiremos sobre a nova perspectiva quanto ao negro no século XX, enfocaremos os anos a partir de 1930, onde temos uma nova historiografia sendo contada e construída em relação a esse grupo sob uma forte presença do movimento negro na luta por uma sociedade mais democrática. Buscando, sobretudo, explicitar a luta dos negros por espaços, priorizando neste tópico o movimento negro.

Nesse momento, vemos os povos negros unindo forças em prol de sua inclusão, de forma a garantir sua participação na sociedade, seja no mercado de trabalho, no meio artístico nos espaços educacionais entre outros. Pois a abolição, apesar de ser uma conquista não lhes dava a mínima garantia de direitos, como já discutimos, encontravam-se fadados a marginalização e sem nenhuma iniciativa do estado para mudar essa situação, de acordo com Domingues (2007, p. 103):

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação.

Dessa maneira, surge o movimento negro no Brasil, que simboliza a luta contra o racismo e de certa forma já vinha despontando desde o período colonial escravista, apesar de não ser um movimento unificado e concentrado, pois manifesta-se em vários estados de diversas formas, tem como objetivo a visibilidade e inclusão negra, que vai se modificando ao longo do tempo, assumindo novas posturas e demandas, e torna-se importante instrumento na luta negra, que pode ser entendido como:

[...] O Movimento Negro como um ato coletivo e político, constituído de um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais), das diferentes regiões do país que carregam traços em sua história do período da escravidão, do pós-abolição e do advento da república, povo este que tem seu passado, sua história e a sua cultura, desenvolvidos nos contextos de opressão e dominação. E é nessa totalidade que segue persistindo em um ato de resistência com questões para a sociedade, para a educação e para o Estado brasileiro (SILVA, 2018, p. 350).

Dentro desse movimento, em 1930 temos a fundação da Frente Negra Brasileira que de acordo com Domingues (2007, p.106) “Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país”. Que é um desdobramento do movimento negro aqui no Brasil, é nesse momento em que o negro consegue se manifestar na imprensa, principalmente, por meio de jornais, no teatro e no espaço cultural, contestando principalmente, o mito da democracia racial retratado nos estudos de Freyre (1975) e Fernandes (2008).

É possível perceber que os negros sempre ansiaram a sua liberdade e a sua inserção no meio social, que poderia se dar a partir de sua participação na escola, não é à toa que por muito tempo foram e são impedidos de nela ingressar, tendo como uma de suas principais demandas a educação. Neste sentido, Gomes (2011, p.134) afirma que: “A ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional”. Dessa forma, estes se articularam e se organizam numa luta ferrenha por igualdade social. Salientando que a igualdade posta assume um sentido amplo, ora vincula-se à equidade social, ora referindo-se as políticas públicas sociais, como saúde, educação e cultura dentre outros.

Nessa direção, a base do Movimento Negro possui um caráter é social, econômica e militar, de forma geral lutam contra o racismo e em prol da representatividade negra, buscando o acesso à educação e a inclusão do negro na educação, tornando-se desse modo, uma pauta constante na agenda desses movimentos, pois entendem que estes se fazem extremamente necessário, para superar a condição de marginalização e exclusão ao qual estes foram relegados. Nessa direção, o debate sobre o acesso à educação já vinha sendo desenhado, embora com pouca representatividade. Nas palavras de Gomes (2011, p.136):

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura.

Dessa maneira, o movimento negro acaba por agrupar e organizar diversos negros em torno de seus objetivos e interesses. Reeducando todos os envolvidos nesse processo, numa perspectiva emancipatória, politiza os grupos para que assim, juntos, possam lutar em prol de uma sociedade mais igualitária, através de uma educação para as relações étnico-raciais onde

os sujeitos aprendam a conviver com a diferença nos dando uma outra possibilidade de leitura das relações que se estabelecem em nosso meio:

[..] O Movimento Negro Brasileiro tem produzido saberes e ações de emancipação-regulação educando a si próprio, a escola e o Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexões com a diáspora africana. A partir da representação por diversas formas de organizações, tais como: imprensa; associações de caráter político, informativo recreativo e beneficente; partido político; teatro; fóruns decisivos da política educacional; pesquisas científicas; manifestos públicos organizados; conferências nacionais e mundiais; estrutura do Estado e nas legislações. (SILVA, 2018, p.350).

Dessa maneira, através de suas lutas e organização, o negro passa de seu lugar de total invisibilidade, para uma incipiente visibilidade, pois assim, ocupando alguns espaços e veículos de comunicação, podem alcançar um maior número de adeptos a causa, facilitando até as suas articulações. Uma de suas fortes liderança e representatividade, que cabe aqui ressaltar, a participação do Abdias do Nascimento, um intelectual contribuiu significativamente na garantia de espaços para a população negra. Desse modo, sua trajetória desenha uma amplitude considerável para a população em discussão, conforme destaca Pereira (2010. p.89):

A trajetória política de Abdias do Nascimento, sempre relacionada à questão racial no Brasil, pode ser vista, ela própria, como um elemento de continuidade no movimento negro que se constituiu nos diferentes períodos do Brasil republicano. Nascido em Franca, no estado de São Paulo, em 1914, Abdias participou como um jovem militante da Frente Negra Brasileira. Em 1944 ele foi a principal liderança na criação do Teatro Experimental do Negro e, em 1978, também participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo.

Figuras como Abdias do Nascimento dedicaram sua vida a luta contra o racismo e inclusão do negro, adensando os movimentos e organizações negras. Para Santana (2015) a sua atuação em prol da população negra se fez de tal forma que a história de vida de Abdias se confunde com a história do movimento negro. A partir dessas iniciativas alguns negros conseguiram chegar a empregos e posições mais estáveis, tendo acesso a alguns benefícios dentro da sociedade, Barros (2003, p. 07) elucida que lideranças e organizações como essas deram fôlego e abriram espaços para os negros se colocarem dentro da sociedade:

A partir destas organizações, uma quantidade considerável de jornais, empenhados no combate ao racismo, que passaram a ser conhecidos como a “Imprensa Negra”, tendo à frente principalmente está “elite”, circularam por algumas regiões do país, mas principalmente em São Paulo. O principal objetivo desta imprensa negra era o de ser um veículo de formação e

informação da população negra, visto que eram tolhidos também pela grande imprensa “branca”.

Por tanto, essas iniciativas de movimentos e organizações são responsáveis por dar início a uma nova imagem e até identidade aos povos negros, é nesse momento que estes conseguem se impor e de alguma forma fazer a sua voz ser ouvida, mesmo que através de grandes esforços, resistência e tentativas de supressão. E essas organizações trazem dentro de si um caráter educativo que consegue organizar e fazer repensar todos os que estão envolvidos nesse processo, seja os próprios negros como também a sociedade de fora dele, chamando a atenção da urgência que se tem para uma educação que preze pelo direito de viver a diferença:

Nesse sentido, é possível afirmar que este movimento social apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do Outro, mas na luta política de ser reconhecido como um Outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional (GOMES, 2011, p.137).

Essa soma de forças que o movimento negro detém acaba por trazer visibilidade para o negro em diferentes espaços, buscando sempre o inserir socialmente, assim como conscientizando sobre a importância da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que possa acolher os diversos grupos étnicos existentes em sociedade. Para Gomes (2008, p.100): “Um ponto que merece ser destacado é que, em todo esse processo, os negros organizados em movimento sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os segmentos”. A reparação das desigualdades é a principal demanda desse movimento.

Através da superação desse modelo de dominação e subjugação para com determinados grupos sociais, a ideia não é se sobrepor aos brancos, mais sim coexistir simultaneamente de forma equivalente sem segregação e exclusão de nenhum grupo. Salienta-se que: “A comunidade negra organizada não busca uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas, sim, uma igualdade e uma cidadania reais, que considerem o direito à diferença” (Gomes, 2011, p. 137). Portanto, a luta é para que a democracia e o direito a igualdade garantido por lei, efetivamente aconteçam na prática para todos, não havendo exclusividade de grupos.

Por volta dos anos 1960 e 1980 esses movimentos sofrem com a repressão da ditadura civil militar no Brasil, para Santana (2015 p.103): “Com o golpe civil e militar de 1964, o movimento negro sofreu inúmeras perseguições obrigando a Abdias do Nascimento a ir para o exílio em 1968”. Não só o movimento negro, mas vários movimentos sociais sofreram tentativas de ser sufocados chegando até a conflitos violentos e armados nesse período.

Com a redemocratização do país isso torna a mudar, em 1980 temos a criação do Movimento Negro Unificado, onde surgem propostas entre os partidos políticos para os grupos negros. Nesse momento Abdias do Nascimento chega ao parlamento brasileiro para reivindicar as questões negras:

Em 18 /03/1983, Abdias do Nascimento toma posse na Câmara Federal em Brasília tendo a tarefa de representar o negro dentro de uma nova concepção elaborada pelo movimento negro contemporâneo, denunciando o racismo e o preconceito, denunciando a falsa democracia racial e exigindo uma verdadeira democracia racial, solidarizando com vários outros setores da sociedade que passavam pelos mesmos problemas de exclusão da sociedade brasileira [...] (SANTANA, 2015, p. 103).

Consequentemente, a luta do movimento negro ganha mais visibilidade e consistência política, já que no cenário político este está sendo representado e tendo um pouco de abertura para denunciar as injustiças sociais e a verdade sobre o mito da democracia racial.

Com a constituição de 1988 temos a declaração da igualdade racial e criminalização do racismo em 05 de janeiro de 1989 com a criação da lei nº7.716, (como crime inafiançável). Ou seja, uma grande conquista do movimento negro, que há muito lutou por isso, porém ela não se encerra por aí, como enfatiza Gomes (2012) quanto mais os movimentos lutam por emancipação social, mais formas de dominação surgem e estes terão que criar novas formas de organização política.

Como vimos, esse recorte temporal aqui abordado, é marcado por avanços e retrocessos da luta negra, o que nos dá uma visão do que os povos afro-brasileiros têm enfrentado ao longo dos tempos, na busca para construir uma sociedade mais justa e igualitária, rompendo com o racismo e o mito da democracia racial tão infiltrados em nossa sociedade.

Fica claro que os avanços e conquistas alcançados, só foram possíveis através da ação de certos movimentos sociais negros, que em muitas circunstâncias resistiram e insistiram, inconformados com o modelo de manipulação e imposição de uma etnia sobre a outra.

3 O NEGRO NA EDUCAÇÃO: UM DEBATE URGENTE

A proposta desse capítulo é oferecer um breve debate sobre a trajetória dos povos negros rumo a conquista do direito à educação, dentro de uma sociedade extremamente racista e etnocida que se estabeleceu no Brasil. Além de uma concisa discussão a respeito da implementação de algumas leis que estabelecem o direito à educação para esse grupo. De modo que, o capítulo convida-os não apenas a se degustar nas discussões bastantes prementes, mas também suscitar reflexões e ponderações acerca da educação para os negros.

3.1 Direito à educação e inclusão dos negros

“Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.
(Assembleia Geral da ONU, 1948)

Partindo desse entendimento, o tópico visa estabelecer um diálogo, no que tange o direito à educação para o público negro. Visto que o direito à educação para essa população não foi assistido, resultando numa série de consequências negativas ao longo de sua trajetória, que podem ser sentidas até os dias de hoje.

Como já mencionado, a abolição não garantia nenhum direito a população negra, como também não haviam, nesse momento, leis separatistas tão expressas que proibisse a população negra de acessar certos espaços, como aconteceu na África do Sul com o *Apartheid*, e nos Estados Unidos no final do século XIX com a implementação de políticas segregacionistas por exemplo, mas havia uma dificuldade imensa para que essa população chegasse a esses espaços, eram impostos regras e exigências que estes não podiam e não tinham como cumprir, não haviam políticas de integração do negro à sociedade.

A educação no Brasil tem início com a proposta educacional dos Jesuítas, que visavam catequizar os indígenas, adestrar e “civilizar” para a nova sociedade que estava se formando, os únicos que não foram incluídos nesse processo foram os negros, de acordo com as reflexões de Fonseca ; Barros (2016, p. 34), a respeito da história da educação brasileira; “Os negros estão alocados em lugares vinculados ao trabalho e à margem do processo de escolarização [...]”, não havendo necessidade e preocupação nenhuma em instruir essa população, nesse sentido Freyre

(1975, p. 413) também enfatiza: “Só negros e moleques parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas”. Os negros estavam em sua grande maioria, limitados ao trabalho manual, sem recursos e condições para se manterem no sistema de ensino vigente, onde também não eram tidos com algum potencial intelectual, por tanto deveriam permanecer fora dos meios de instrução.

Tais afirmações só reforçam que, desde o início da formação de nossa sociedade o negro escravizado foi barrado dos meios de instrução, e os danos causados por essas imposições se mantem até os dias de hoje, podemos ver um exemplo claro no decreto nº13.331 de 17 de fevereiro de 1854, no seu Art. 69 onde não seria admitido matricular-se ou frequentar as escolas de instrução primaria e secundaria da corte, mas isso nunca é mencionado nos materiais didáticos nem nas aulas de nossas escolas. O certo é que sempre houveram formas de articulação por parte da elite dominante, para manter o negro afastado da escola, e com isso os mantinham as margens da sociedade sem nenhuma alternativa para ascender economicamente ou socialmente, nessa perspectiva:

Dentro da mesma linha, o Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, os negros poderiam frequentar o período noturno, no entanto, os negros dependiam da boa vontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas. (SANTOS et al, 2013, p.208).

Quais opções estes tinham? Nesse contexto unilateral de imposições, onde sua condição de cidadão e até de humano, lhe era negado a todo momento, o negro não possuía meios de superar essas barreiras que o mantinham subjugados.

Diante do que foi apresentado, é possível perceber que a segregação do negro em relação a educação, acarreta consequências negativas em dois sentidos, primeiro as dificuldades causadas pela falta da escolarização, e segundo pela ausência e inexistência de sua cultura nos materiais didáticos, nas aulas e nas escolas de forma geral.

Para Munanga (2003, p.45) “a falta de reconhecimento não apenas revela o esquecimento do respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante. O reconhecimento não é simplesmente uma cortesia que as faz às pessoas: é uma necessidade humana vital”. Tal postura acaba por contribuir mais uma vez para formação dessa identidade depreciativa e invisibilizada da pessoa negra, na forma de ausências e silenciamento desse grupo.

Com a constituição de 1824 do Brasil império, a educação primaria seria gratuita a todos os cidadãos, porém para que pudessem matricular-se era necessário ter condições suficientes

para garantir vestimentas adequadas, o lanche e o material didático entre outros, já se excluindo daí os negros escravizados e uma grande parcela dos negros libertos, que enfrentavam situações de extrema pobreza, tendo dificuldades de locomoção ou de deixar o trabalho que era necessário à sua própria sobrevivência.

A escola imperial traduzia-se em um modelo eurocêntrico de disciplinarização popular e homogeneização da nação, onde suas exigências já traçavam o perfil dos seus internos e o perfil que a sociedade deveria ter ao sair de lá, uma sociedade higienizada, gerida e voltada para a cultura branca, fortalecendo o estado e garantindo o “pregresso da nação”.

Vemos novamente a explícita dificuldade que a população negra enfrenta para sua inserção na educação, na sociedade, e os obstáculos para ter o reconhecimento de sua identidade. Não haviam espaços e abertura para que estes pudessem manifestar livremente a sua cultura, as suas crenças, costumes e religiões e etc.

A “raça” negra era considerada degenerada, e que deveria ser superada de qualquer forma, então para que educar essa população? A permanência dos alunos negros que conseguiam chegar a escola era muito difícil, devido a todas as dificuldades já conhecidas e o preconceito que estes enfrentavam.

É nessa perspectiva que delinea-se a história da educação brasileira, voltada para a classe mais favorecida e seus filhos, ou seja, os brancos, mantendo sempre os negros as margens desse processo, o que reflete até hoje na posição subalterna e desfavorável que grande parte destes se encontram, nesse sentido é possível afirmar que a exclusão social no Brasil tem cor.

A escola que é um instrumento social formulado para formar sujeitos capazes de exercer a sua cidadania e viver em sociedade, entre outros, nem sempre cumpre esse papel. Manipulada pelo estado para atender os seus próprios interesses. Dessa maneira, no início do século XX as ideias e políticas eugênicas, se reproduzem fortemente através das escolas, colaborando com o pensamento racista estabelecido no país, de acordo com D’avila (2006, p.55):

O consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a “degeneração”. Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos – lugares onde ideias de raça e nação eram testados e aplicados sobre as crianças. [...] práticas curriculares e extracurriculares casaram-se a eugenia em formas que continuam a ecoar hoje.

Como uma criança ou pessoa negra poderia ser acolhida nesses espaços e se sentir contemplada? Podemos então perceber o quanto tem sido difícil a inserção negra dentro de um contexto humanamente racista. E como é complicado se reconhecer e se assumir pertencente a

essa identidade. Conforme Silva; Silva (2014, p.198): “identificar-se como negro em uma sociedade racista e preconceituosa não é tarefa muito fácil, pois os negros foram “libertos” da corrente da escravidão, mas ficaram “presos” às correntes do preconceito”. E a ausência da figura negra das escolas, seja nos materiais didáticos ou pela presença de pessoas negras, colabora significativamente para a invisibilidade de sua história e reforça os estigmas.

Como vimos, só a partir da constituição de 1988 temos alguns avanços na luta pelos direitos da população negra, o racismo é colocado como crime inafiançável e fica clara que a educação gratuita é um direito de todos os cidadãos brasileiros, e dever do estado, entre outras medidas que nova constituição prevê após a redemocratização do país, nesse momento os movimentos ganham algumas políticas raciais e folego para lutar.

Também na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º fica evidente a ideia de igualdade que deveria ser adotada e aplicada no Brasil “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Porém, há uma diferença entre a teoria e a prática, as coisas não mudam assim da noite para o dia. A luta pelo reconhecimento da população negra, e pela ocupação dos espaços que lhes são por direito continua. E mais, por conta do mito da democracia racial é difícil para as pessoas entenderem até os dias de hoje que somos uma sociedade racista sim, e que o negro continua sendo discriminado em todos os espaços, inclusive nos ambientes educacionais:

A identidade é um dos pontos cruciais na afirmação da condição de negro/a. trabalhar esta categoria é de extrema relevância tanto para construir uma imagem positiva quanto no trato da autoestima do ser negro. No entanto, a escola ainda retrata por meio do seu currículo e dos livros didáticos uma desvalorização desta identidade negra, ou seja, reproduz uma imagem do negro submisso, acorrentado, muitas vezes sinônimo de escravo, preso ao racismo impregnado nos currículos escolares e que chega à sala de aula de forma sutil e silenciosa. (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 21).

Isso só demonstra a importância de se discutir a inclusão negra na educação, e que ainda há muito o que se reparar. Porque mesmo que este consiga acessar os espaços de educação, ainda terão que lidar com situações de discriminação e desvalorização de sua etnia. Pela lei o direito a educação é garantido a todos sem exceção, mas na prática do dia a dia são vários os obstáculos e entraves herdados após os longos três séculos de escravidão, exclusão e preconceito que perduram até hoje. Com poucos ou sem nenhum investimentos financeiros e

políticas públicas voltadas para esses povos, que possam reparar ou mesmo amenizar esses danos, é possível constatar a realidade em que estes se encontram, através de informações como as que foram mostradas pela Revista Exame em 2018, onde dados recentes do IBGE sobre educação negra atestam que:

A taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%), de acordo com a PNAD Contínua de 2016. Quando se fala no acesso ao ensino superior, a coisa se inverte: de acordo com a PNAD Contínua de 2017, a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%. É mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos com diploma: 9,3%. Já a média de anos de estudo para pessoas de 15 anos ou mais é de 8,7 anos para pretos e pardos e de 10,3 anos para brancos (CALEIRO, 2018)⁴.

Dessa forma há como dizer que não existe exclusão social no Brasil relacionada a questão de cor? À vista disso, fica claro que ainda falta muito para alcançarmos a igualdade racial no Brasil. Mesmo após a instituição do Estatuto da Igualdade, através da lei nº 10.888 em 20 julho de 2010, que visa combater a discriminação e a intolerância étnica, promovendo a igualdade de oportunidades, visando diminuir as desigualdades sociais entre grupos étnicos, continuamos a ter resultados como esse, são mais de 8 anos e o desafio para sua implementação e aplicação continua, e isso torna muito mais complexa a questão negra.

A ausência de pessoas negras nas escolas, bem como sua baixa participação dos personagens negros na literatura, nos diz muito bem o lugar que estes ocupam na sociedade. O acesso e, principalmente, a permanência dos indivíduos negros nas escolas é uma questão incerta, pois em sua grande maioria precisam trabalhar em empregos subalternos para ajudar a família, os salários mal servem para sobreviver, estão em lugares de difícil acesso aos espaços educacionais como favelas e interiores das zonas rurais, entre outros.

Nos últimos anos é inegável que tem aumentado os espaços de luta e consequentemente as conquistas da população negra no nosso país. Em relação à educação, a Lei nº 10.639/2003 é um rompimento com esse sistema de ensino que contribui com a reprodução do racismo, pois torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas às escolas da educação básica do país, dando visibilidade para essa população até então, tão invisibilizada e silenciada. Ampliando esse debate, Jesus (2012, p. 7) afirma que:

Os negros brasileiros foram apartados de sua cultura mãe, de seu universo cultural, religioso, linguístico. É quase um europeu. Muitos negros brasileiros são desenraizados. A lei 10.639/03 é um passo institucional muito importante.

⁴ *Texto on line*, por isso não foi colocado página.

É preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro e não podemos ensinar somente a História da Europa, mas também a História da África. Os livros didáticos de História apenas descrevem a condição do negro nesse lado do Atlântico. Ao revermos os conceitos, um novo paradigma se estabelece. O aluno através do ensino de História da África saberá que tem raízes em um continente chamado África, um conjunto de ressignificações pessoais o levará a uma reconstrução de sua identidade e valorização da diversidade cultural.

A implementação da Lei em evidência torna-se importante instrumento na luta pela valorização e respeito das pessoas negras, o que já era pauta das demandas afro-brasileira há décadas. Prevê a valorização da história e cultura negra no Brasil resgatando a contribuição que estes deram na construção da sociedade brasileira, também reitera a necessidade de rompermos com práticas racistas dentro do ambiente escolar, através da teoria (nas disciplinas) que consequentemente poderão ser aplicadas na prática do cotidiano escolar, familiar e social. Além disso, ela coloca-se como veículo de reflexão para o enfrentamento dos problemas que vêm enfrentando a cultura negra em nosso país.

Para tanto, percebe-se que é na escola que se encontram uma variedade de pessoas, etnias e culturas, e por essa razão ela pode ser vista como instrumento vital na desconstrução de atitudes e práticas racistas, que desconsidere e descaracterize a alteridade. Portanto, a escola deve educar para a diferença, levando em conta a diversidade que existe em nossa sociedade. Porém nem sempre acontece dessa forma, arriscaria dizer quase nunca, numa sociedade eurocêntrica e etnocida, a escola tente a ser mais um meio de reprodução de seus signos:

“Somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais. A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas” (GOMES, 2011, p.77).

Dessa forma, é preciso primeiro reconhecer a existência do racismo, entender como ele funciona, para então encontrar mecanismos que possam barra-lo. E isso torna-se mais palpável, quando o estado adota uma postura interventiva, atuando de forma a superar práticas e discursos excludentes e segregacionistas no ambiente escolar. Sendo assim, abordaremos adiante algumas implicações a respeito das leis que assistem o direito a educação dos povos negros, na intenção de perceber como estas vem sendo tratadas na prática, após a sua validação.

3.2 A legislação e os desafios da educação para os povos negros

Como vimos anteriormente, a inclusão ou até mesmo o simples reconhecimento do direito à educação para a população afrodescendente, tem acontecido de forma negligente, desimportante e por tanto tardia. Gerando uma sucessão de desafios e pelejas para que esses povos possam ingressar equitativamente nos espaços educacionais. É nessa perspectiva que discorreremos este tópico.

Durante toda a nossa história, a inserção equivalente do negro na escola tem sido negligenciada, a princípio, o motivo desse banimento era o trabalho escravo ao qual estes estavam destinados no Brasil Colônia, logo após, no Brasil Império era a falta de condições para nela ingressar e assim se manter, dificuldades lançadas por intuítos eugênistas. No início Brasil Republica esta realidade não se altera muito, e muito dessa segregação racial é herdado e sentido até os dias de hoje. Assim, a exclusão do negro da educação em nosso país é histórica como aponta Nunes:

A educação escolar do negro no Brasil se destaca historicamente no fato de que não existia nenhuma espécie de educação formal destinada a ele, sua existência social era negada, além do mais, o argumento geral é de que eles tinham que trabalhar, pois foram trazidos da África para servir a econômica, nada poderiam receber de uma filosofia de educação caracterizada por ser eminentemente aristocrática e por ministrar uma educação somente aos que se destinavam a seguir universidade, na maioria das vezes, do outro lado do atlântico (NUNES, 2014, p.05).

Portanto, fica evidente a ausência de preocupação com a real formação da pessoa negra em vários momentos na nossa sociedade. Não fosse pelos movimentos sociais negros, provavelmente, estes ainda estariam em situação de escravidão. Portanto, políticas educacionais que visem o desenvolvimento e valorização desses sujeitos é essencial na construção de uma sociedade mais igualitária.

Com o fim do império chega ao fim as proibições de negros se matricularem nas escolas, daí aos poucos temos nas primeiras décadas dos anos 1900, a presença de alguns negros em algumas escolas de nosso país, em 1960 com a tendência progressista escolar se torna comum o ingresso de negros nas escolas, mas em 1964 temos uma interrupção nesse processo conforme aponta Nunes (2014). Tal postura assume novos horizontes com a implementação da ditadura militar, a qual se firma no Brasil temos um forte sistema de dominação, opressão e violência, que tenta sufocar grande parte dos movimentos sociais, inclusive o negro. Dessa forma, há um

retrocesso no processo de inserção negra na instrução pública que se vinha construindo até então:

Este processo foi permeado sempre pelas relações sociais hierárquicas que, aqui, têm caráter marcadamente racial, dada a realidade de mais de três séculos de prática da escravização de pessoas negras e de suas prolongadas consequências sociais. É assim que a escola, ora impediu ou dificultou o acesso de negros, de forma que as elites brancas e proprietárias pudessem utilizar-se dela como meio de diferenciação e, portanto, da manutenção das estruturas sociais; ora incentivou sua presença na instituição como estratégia para incutir valores da cultura dominante e, assim, legitimar-se (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 244).

Somente após o processo de redemocratização do país, por volta dos anos 1985 é que o movimento negro consegue alguma visibilidade em suas demandas, e alguma esperança de melhoria em sua condição social, tendo como marco a constituição de 1988, porém de acordo com Gome; Rodrigues (2018), as reivindicações referentes a educação não foram atendidas de forma satisfatória.

No entanto, é inegável a contribuição que esta constituição teve para a inclusão e reconhecimento do negro em nosso País, pois foi um momento de grande transformação política no que diz respeito aos direitos da população de forma geral, por isso chama-se de processo de redemocratização, onde a sociedade civil pôde ser representada nesses debates, e alguns movimentos sociais tiveram suas demandas atendidas, a exemplo o movimento negro.

Posteriormente, temos a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que determina e reitera a necessidade de se desenvolverem práticas educacionais que valorizem e contemplem a pluralidade étnica de nosso país, incluindo no sistema de ensino a discussão racial.

A lei nº10.639 de 09 de janeiro de 2003 altera a LDB Lei nº 9.394/96 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-brasileira”, essa é sem dúvidas uma grande conquista para a população negra no Brasil e demonstra, ainda que após longos anos de luta, mais uma de suas demandas tem sido atendida pelo Estado. E mais um passo é dado em direção a superação do racismo no Brasil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada em 2004 que visa implementar o que se estabeleceu na Lei nº 10.639/2003, na incumbência de coordenar e articular a educação nacional, aponta dentre muitas outras direções, a seguinte determinações para que possa obter uma mudança na forma de agir e pensar dos sujeitos:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004, p. 20).

Mas, é importante ressaltar que para se chegar a resoluções como essa, foram muitos anos de resistência diante da discriminação, invisibilização e silenciamento, que não podem ser superados de uma hora para outra, porém as leis que trazem essa pauta, colocam em evidência a necessidade de trabalharmos essa questão na educação, buscando à implementação de políticas e ações afirmativas, que venham superar as desigualdades e injustiças sociais relacionadas aos povos afrodescendentes, por tanto:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

Dessa forma iniciamos um novo capítulo na história educação étnico-racial no Brasil, que deve ser analisado com cautela, pois, por mais que ao longo do tempo tenhamos alcançado leis tão incisivas, ainda há muito que se fazer para sua total efetivação. Infelizmente ainda é muito clara na escola, a ausência dessas práticas includentes que a lei estabeleceu há praticamente 15 anos, a desvalorização negra está presente em todo o processo de formação da sociedade brasileira, e isso acabou gerando uma ferida muito grande, que é reproduzida geração após geração:

A herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional, preponderante no Brasil, restou como a única possibilidade o aprendizado do colonizador, assim a memória que lhe inculcam não é a de seu povo. A história de seus ancestrais africanos é substituída pela História europeia dos francos, germanos, anglos e bretões, povos de pele e olhos claros. Aprende a língua do colonizador para fazer parte minimamente da vida social, pois apenas com a sua torna-se um estranho dentro de sua própria terra (JESUS, 2012, p. 06).

O autor nos mostra um dos grandes desafios a ser superado, que é justamente o fato de que a história foi construída numa perspectiva única, onde o outro constrói a história de um povo, invisibilizando e negando a existência de determinados grupos e sujeitos. A mudança dos materiais didáticos e a capacitação dos professores, por exemplo, nessa nova perspectiva, tornam-se imprescindível para que possa alcançar os resultados desejados.

Ou seja, o educador deve ser formado nessa concepção de que é urgentemente necessário implantar as novas orientações da educação das relações étnico-raciais, tornando o espaço escolar acolhedor a toda diversidade, e o livro didático deve ser reelaborado numa perspectiva descolonizadora, que visualize e considere toda pluralidade étnica e cultural que nós temos:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação (BRASIL, 2005, p. 23).

E esse processo de destruição e dominação cujo autor cita, está intimamente relacionado ao currículo escolar, pois este possui total controle sobre o seu público, a quem pretende formar, para Silva e Alencar (2014, p.42): “[...] O currículo é uma esfera de poder, para quem seleciona os conhecimentos contidos nele. Desta maneira, não seria interessante para a classe dominante discutir os interesses da classe dominada”. É por meio deste que a classe dominante, mantém seu sistema de opressão sobre os grupos subjugados, mantê-los conformados e “civilizados” garante a ordem e a perpetuação de seu sistema.

É necessário estabelecer estratégias para a desagregação de processos legitimadores de relações hierárquicas que se dão pela cor da pele. A dificuldade para isto reside na existência de um senso comum que muitas vezes não reconhece o racismo (JESUS, 2012, p.03).

Deste modo, para rescindir o mito da democracia racial e para que realmente haja uma mudança na educação em prol da diversidade cultural e étnica que existe no Brasil, é imprescindível uma transformação no currículo escolar. Desconstruir a ideologia de dominação branca torna-se pauta imprescindível para as escolas, possibilitando assim que todos os sujeitos se reconheçam e sejam tidos como cidadãos, dignos de gozar dos mesmos direitos assim como previsto em lei, nesse sentido as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para relações étnico-raciais (DCNERER) orientam que:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (BRASIL, 2004, p.07).

Portanto, a escola deve estar preparada para identificar e trabalhar questões relativas as relações étnico-raciais que perpassam o ambiente escolar, a omissão em discutir a problemática, acaba por contribuir para os sujeitos incorporem certas representações preconceituosas sem ao menos ter lhe sido apresentado outras possibilidades de percepção que acaba por naturalizar o racismo, e reproduzi-lo para além da escola, sobre esse aspecto as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais salientam:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos (as) alunos (as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos (a) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (BRASIL, 2006, p. 23).

A partir de conclusões como essa, evidencia-se a urgência em uma mudança no sistema de ensino, que dê conta das situações de discriminações que podem surgir a qualquer momento e de qualquer forma nos espaços de educacionais. Verbal, física e psicológica entre outras, são várias as nuances que o preconceito pode assumir e se manifestar. Desse modo, há vários anos os povos negros enfrentam esses ambientes hostis, relegados a invisibilidade e mutilação de sua história. Mesmo após conseguir ingressar na escola, os negros têm de conviver com a negação e ausência de sua cultura no sistema educacional. Tendo em vista essa realidade as DCNERER.

Ainda sobre as diretrizes, percebe-se que:

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na medida em que procedem de ditames constitucionais e de marcos legais nacionais, na medida em que se referem ao resgate de uma comunidade que povoou e construiu a nação brasileira, atingem o âmago do pacto federativo. Nessa medida, cabe aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aclimatar tais diretrizes, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, a seus respectivos sistemas,

dando ênfase à importância de os planejamentos valorizarem, sem omitir outras regiões, a participação dos afrodescendentes, do período escravista aos nossos dias, na sociedade, economia, política, cultura da região e da localidade; definindo medidas urgentes para formação de professores; incentivando o desenvolvimento de pesquisas bem como envolvimento comunitário (BRASIL, 2004, p. 26).

A Lei nº 11.645 de 10 março de 2008 altera a Lei nº 10.639/2003 onde passam a incluir também conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros que deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Mais uma lei que simboliza uma vitória para os povos e movimentos que lutaram por esse direito e um impulso nas tentativas de reparação de anos de segregação e invisibilidade desses grupos que foram partes fundamentais e constantes na construção do país. Neste aspecto, salienta-se que o Brasil é formado por diversas culturas, mas não é assim que a história é contada:

Estes grupos, na maioria das vezes, são representados – quer seja pela mídia, meio de comunicação e nos materiais didáticos pedagógicos de forma estigmatizada e caricatural - destituídos de humanidade e cidadania, ou seja, o homem branco de classe média é concebido nos livros didáticos como uma pessoa cidadã e humana e quem fugir a este padrão, como, por exemplo, as mulheres, os negros, os ciganos, os quilombolas e os indígenas são descritos apenas para registrar sua existência (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 44).

Diante do que foi apresentado até então vimos que alguns grupos étnicos estiverem presentes em toda a história de nossa nação, mas que estes não receberam o reconhecimento que é devido, vivem há anos em situações adversas, onde lhe são atribuídos vários signos e concepções preconceituosas e discriminatórias. As leis já citadas, são as alternativas mais tangíveis de reparação dessas injustiças. Porém, não é suficiente apenas aprová-las e sim pô-las em prática de forma integral. Nesse sentido discutiremos a seguir se a sua efetivação tem acontecido e quais efeitos tem surtido nas escolas, não esquecendo de que essas discussões se darão dentro da Educação para Relações Étnico-raciais (ERER), pauta que vem norteando nossa pesquisa.

3.3 Prática docente na perspectiva da ERER

As discussões e lutas dos movimentos sociais em prol da educação para a população negra, ganham novo fôlego com a implementação da lei nº 10.639/03. Como mencionado anteriormente, é a partir dessa que temos a possibilidade de resignificação e valorização da imagem negra, através da implementação de ações e políticas afirmativas partindo da educação.

Portanto, a referida lei propõe um novo sistema educacional que respeite e valorize a diferença a fim de barrar a reprodução do preconceito racial. Dessa maneira, é possível trabalhar por uma educação que reconheça e desnaturalize o racismo em nosso país, para Gomes e Guimarães (2013, p.504):

Por meio de leis, normas e orientações, o Governo Federal assumiu, por um lado, a dívida histórica para com a população negra excluída e marginalizada da sociedade e, por outro, explicitou oficialmente as contradições, os conflitos ideológicos e os preconceitos raciais que ainda impregnam os diferentes espaços de sociabilidade no Brasil, mas que ainda permanecem escamoteados em nome de uma suposta democracia racial.

À vista disso, o sistema educacional não pode eximir-se de sua responsabilidade em trabalhar a questão racial, de forma a tentar corrigir esse modelo desigual e discriminatório que se instalou no Brasil. Romper com esse sistema eurocêntrico de dominação e valorização de uma cultura tida como dominante, é fundamental para alcançar uma sociedade mais igualitária. A partir de então, reconhecer, aceitar e incluir as diferenças étnicas e culturais é papel primordial da escola e dos educadores, na tarefa de combater a discriminação. A escola deve adotar e planejar maneiras de trabalhar no combate ao racismo, de acordo com as novas orientações previstas em lei, para que estas não sejam apenas teorias e sim ações concretas que possam ser observadas na prática:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm de desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isso não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2007, p.35).

Assim sendo, os educadores, tornam-se atores principais nesse processo, e estes devem ser instruídos e preparados para tal desde o início de sua formação, para que juntamente com todo o corpo docente possam atuar de acordo com as novas diretrizes e orientações. Nessa perspectiva, as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, ressaltam a necessidade e a urgência com que essas questões devem ser tratadas no âmbito escolar, reafirmando que através dessa é possível construirmos uma sociedade antirracista:

A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire, e neste sentido o Ministério da Educação, por intermédio da Secad, entende que esta publicação é um instrumento para a construção de uma sociedade anti-racista, que

privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial (BRASIL, 2006, p.14).

Mas será que os investimentos que tem sido destinado à construção dessa educação antirracista tem dado conta? É preciso que se trabalhe incisivamente nessa modificação, principalmente na formação de todos os profissionais que irão atuar em nossas escolas não só os professores.

Assim também, educadores e educadoras, devem ter o conhecimento da complexidade que é tratar a questão negra em nosso país, e munir-se de estratégias pedagógicas que deem conta dessa demanda, nos moldes da legislação atual. Pois, a aceitação e silenciamento de comportamentos e discursos racistas por parte dos educadores, acaba também contribuindo com a formação da identidade dos sujeitos, dessa forma os alunos negros podem se sentir mais inferiorizados e invisibilizados e os alunos brancos no direito de subjuga-los, reafirmando e naturalizando a discriminação racial tão presente em nosso dia a dia:

Tais pedagogias precisam estar atentas para que todos, negros e não negros, além de ter acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida integrada à sociedade, exercício profissional competente, recebam formação que os capacite para forjar novas relações étnico-raciais. Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e além disso sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2007, p. 37).

Por conseguinte, a educação para as relações étnico-raciais, deve ser uma educação integradora, que possibilite a interação entre os diferentes, que contribua com a formação de cidadãos conscientes da importância de sua identidade, de sua cultura e de sua história, assim como a do outro, independentemente de sua etnia, valorizando e respeitando a pluralidade étnica que nossa sociedade possui.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 5º, afirma que a educação é um direito de todos os cidadãos sem exceção em nosso país, dessa forma, esta deve acolher toda a diversidade que nela possa existir. A escola deve formar sujeitos capazes de lidar com a diferença dentro e fora do espaço educacional, para que juntos possam construir uma sociedade

mais humana e igualitária. Para tanto é necessário desconstruir alguns equívocos e incoerências que foram e são reproduzidas ao longo do tempo em nossas escolas:

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negros (as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias (BRASIL, 2006, p.22).

Diante disso, reconhecer e valorizar a cultura Afro-brasileira com todos os seus elementos e a sua contribuição na formação de nossa nação, na educação, seria uma forma de reparação da dívida histórica para com a população afrodescendente, que em toda a nossa história é tratada como elemento insignificante. Romper com práticas racista e discriminatórias, formando cidadãos capazes de conviver harmonicamente com a pluralidade é uma proposta que deve ser incentivada e adotada.

A prática docente em conformidade com a educação para as relações étnico-raciais, não pode de forma alguma, esquivar-se em discutir a questão racial. Apesar da escola ser formada por toda uma comunidade que vai muito além dos professores, são estes que fazem a medição dos alunos com os conteúdos e informações propostos pelos currículos do sistema de ensino, eles agem diretamente na formação do educando, podendo influenciar e contribuir na formação do imaginário e é nessa relação que o aluno terá a chance de entender e desconstruir preconceitos que na maioria das vezes são reproduzidos também pela falta de conhecimento sobre determinadas questões.

Sem entender a origem e o motivo de certas proposições, não tem a mínima autonomia para refletir criticamente sobre o que lhe é apresentado cotidianamente. Dessa forma, o professor deve tornar-se agente ativo no processo de ressignificação e valorização da identidade negra:

A resultante desse processo será perceptível quando o professor conseguir trabalhar a alteridade dentro da sala de aula, fazendo com que os alunos reconheçam a figura do outro, sabendo respeitar o espaço individual de cada ser, sem perder a essência coletiva, pois é dentro da sala de aula que acontecem interações significativas e essas interações procedem de significações e interpretações elaboradas constantemente pelos autores para compreender a ação dos outros e torná-los compreensíveis aos outros, o que finda por concretizar a identidade tanto do educador, como dos alunos e assim vincular a teoria e prática a partir de um elo comum, a sala de aula. Assim, é válido dizer que nesse cenário o papel do professor deixa de ser visto apenas como de um agente exclusivo de informação e formação dos alunos, centrando agora

sua principal característica como a de ser o mediador das interações entre os alunos e destes com o novo, o diverso, o diferente, tornando-se fundamental na promoção de avanços do desenvolvimento do indivíduo (SOLIDADE; MARQUES, 2013, p.61).

Para tal, deve-se investir na formação não só de professores, mas de todos os agentes do meio escolar. Pois as relações que perpassam o espaço educacional, podem acabar por interferir e até desconstruir o que propõe o professor. A transformação depende de um conjunto de indivíduos comprometidos com a questão, que de maneira alguma poderá contribuir com a perpetuação desse sistema racista, que está arraigado em toda uma sociedade, seja no meio religioso, político ou midiático entre outros. Dessa forma se não há uma intervenção incisiva no sistema ideológico que está posto, acabamos por reproduzir nossos costumes também na escola:

Elencar o imaginário de professores nos levou a perceber como a escola como um palco de conflitos, convergências e divergências de ideias e de posicionamentos, são construtos indenitários forjados por estes imaginários e que se materializam na forma de pensar e agir na prática educativa. Os educadores, podem ser vistos como sujeitos que trazem consigo seus valores morais, religiosos, suas tradições e os seus preconceitos, e que na convivência cotidiana acabam por revelar seus processos históricos e sociais como mundo do trabalho, das relações sociais e com o próprio ambiente escolar (BARROSO; OLIVEIRA, 2015, p.17).

Nesse mesmo sentido, Munanga (2005, p. 24) ressalta que: “O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão”. Portanto, deve-se investir na formação inicial e continuada dos professores, para que estes possam se aprofundar na temática que deverão discutir com os educandos e ainda terem o conhecimento do que prevê a legislação em relação ao ensino da história e cultura afro. Assim, munido desses conhecimentos, o professor poderá trabalhar com autonomia no que diz respeito a essa questão.

De acordo as DCNs (2004, p. 26) O sistema e os estabelecimentos de educação devem fornecer: “Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais”. Assim, a escola deve assumir essa postura includente, e incorporar a sua responsabilidade em promover uma educação que abarque as questões étnico-raciais.

Deixamos claro que não estamos com isso atribuindo toda a responsabilidade aos educadores, pois como sabemos o sistema educacional é formado por uma série de sujeitos e elementos ainda sob a tutela do estado. Que em conjunto devem ter um único objetivo, formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de intervir na realidade em que estão inseridos, para Onofre (2014, p. 95):

Acreditamos que, professores, coordenadores, funcionários e alunos exercem um papel singular na escola, colaborando para a eliminação de práticas discriminatórias perpetradas pelos meios de comunicação, da conversa entre amigos, da leitura de revistas e jornais, enfim, das informações equivocadas e infundadas sobre a cultura afro-brasileira. O racismo e a discriminação, provenientes de ideias pré-concebidas a partir do imaginário popular, concebidos com base em informações errôneas e distorcidas, contribuem para a proliferação do preconceito nos mais diversos ambientes, principalmente o escolar. A instituição escolar constitui em lugar privilegiado para ressignificar as práticas pedagógicas, ajudando docentes, discentes, coordenadores, gestores e funcionários a mudarem de atitude, contribuindo para o reconhecimento, resgate e fortalecimento da cultura negra.

Sendo assim, o caminho para alcançar uma educação mais inclusiva já é conhecido, e leis já foram implantadas, através de demandas da população negra, para que esta fosse alcançada, diretrizes e orientações foram traçadas e estabelecidas, o que não significa uma salvação para toda a deficiência em torno da questão negra. Mas, adotar essas medidas significa um avanço considerável na educação brasileira que é permeada pelo eurocentrismo, etnocídio e dominação dos grupos menos favorecidos.

Como vimos o professor tem papel fundamental na quebra desse sistema de exploração e desigualdade que se difunde no Brasil, mas não exclusivo dele. As Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, devem ser observadas por toda a comunidade escolar, para que realmente haja uma reeducação dessa sociedade excludente, preconceituosa e racista:

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (BRASIL, 2004, p.14).

Diante disso, é importante lembrar, que é no cotidiano, nas coisas banais que se naturaliza e se reproduz práticas e atitudes racistas, e que ao longo tempo vem sendo ocultadas pelo mito da democracia racial, por isso é importante que a escola enquanto instituição democrática, repense suas formas de ensino, e se comprometa com uma educação antirracista.

Pois sem essa postura, a luta dos movimentos sociais negros, e a implementação de leis que estes conquistaram e que lhes são tão caras, terão sido em vão, já que estas não passarão de meras teorias em papeis, que na prática não se materializam e, portanto, não surtirão transformações de nossa educação em prol de uma sociedade com menos desigualdades sociais.

4 PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS ACERCA DA EREER NO ENSINO FUNDAMENTAL II

A proposta desse Capítulo é perceber a perspectiva dos professores e alunos do Ensino Fundamental II acerca da EREER, procurando nesse percurso traçar uma concisa reflexão sobre os dados e os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica. Dessa feita, os tópicos seguintes desencadearão discussões que, em via de regra ajudarão compreender melhor os discursos dos sujeitos acerca da EREER no cotidiano da escola investigada.

4.1 Caracterização do *lócus* e o perfil dos sujeitos

A pesquisa teve como *lócus* uma Escola Estadual de Médio Porte que oferece a educação básica nas etapas de Ensino Fundamental II, Ensino Médio regular e EJA. Situada na zona Leste da cidade de Mossoró-RN, que funciona desde 1983 em um prédio próprio. A mesma foi escolhida como local para a pesquisa por ser mais viável a locomoção e por acreditar que nela é possível encontrar uma considerável diversidade étnico-racial, que se converteria em subsídio para o estudo da nossa temática.

A escola atende uma média de 710 alunos divididos entre as etapas por ela oferecidas. Localizada em um bairro periférico da cidade, recebe um público de classe média baixa, dos bairros circunvizinhos que em sua maioria estão em situação socioeconômica desfavorável. A escola conta no momento com um quadro de 33 professores, todos com graduação em nível de licenciatura na área em que atuam e a grande maioria com pós-graduação *lato sensu* (Especialização), bem como em nível de mestrado. Esses dados foram colhidos através de conversas informais com a gestão da instituição e no próprio Projeto Político Pedagógico da instituição.

4.2 Proposta metodológica manipulada na pesquisa

A pesquisa empírica utilizada para alcançar os nossos objetivos, foi dividida em dois momentos: entrevista semiestruturada com os professores e aplicação de questionário de perguntas mistas aos alunos.

Dessa maneira, iniciamos com a escolha e primeiros contatos e visitas à escola, onde pudemos observar dentro do ambiente comum da escola principalmente o comportamento dos alunos dentro das relações étnico-raciais a fim de reunir dados e informações a respeito do nosso objeto de estudo mediante um contato direto com a realidade do contexto pesquisado.

A entrevista semiestruturada, fundamenta na perspectiva de Triviños (1987), foi aplicada a três professores que atuam na escola, sendo eles: 1 professor de 49 anos, graduado em História há 24 anos que possui duas especializações, leciona a disciplina de história na escola há 18 anos, e também a disciplina de filosofia. 1 professor de 45 anos, graduado em Língua Portuguesa há 18 anos que possui uma especialização, leciona a disciplina de língua portuguesa há 25 anos, e na escola pesquisada está há 5 anos com as disciplinas de Artes e Religião também. 1 professor de 39 anos, graduado em geografia há 10 anos, leciona a disciplina de geografia a 9 anos, e na escola pesquisada há 3 anos.

Estes professores foram escolhidos por acreditar que em suas disciplinas há uma possibilidade maior de abordagem sobre a temática Educação para relações étnico-raciais, devido aos conteúdos previstos no currículo das mesmas, não eximindo as outras disciplinas e professores dessa responsabilidade também. Foram aplicadas 10 questões para cada professor, as respostas foram gravadas e em seguida digitadas, de onde retiramos 6 questões para usarmos como referência em nossa análise, por entendermos que estas dialogavam diretamente com a problemática da nossa pesquisa, ao passo que apontava contribuições mais consistentes para o nosso estudo.

O questionário de perguntas abertas, foi aplicado a 11 alunos das 4 séries que compreendem o Ensino Fundamental maior da escola, que é composto por 113 alunos no total. A princípio o número de alunos desejados para a pesquisa seria de 20 alunos, 5 de cada série do ensino fundamental II, porém os que conseguimos que concordaram em participar e entregaram o questionário respondido junto com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelo maior responsável foram 11, o que não deixa de ser uma boa contribuição para nosso estudo, já que os alunos foram escolhidos aleatoriamente dentro das 4 turmas, de forma que não influíssem ou manipulassem suas respostas naquele momento. Os dados obtidos foram organizados em quadros, os quais possibilitaram a criação de categorias, bem como o uso de gráficos modelos pizza.

Análise dos dados foram interpretados à luz da abordagem qualitativa, a qual favorece maior possibilidades nas diferentes leituras sobre o tratamento dos dados. Esse tipo de abordagem segundo Minayo (2004) corresponde a universos de sentidos e significados diversos, que além de não poderem serem mensurados não se fixa em uma dada variável

4.3 A concepção dos professores acerca da EREER na prática pedagógica

Como se percebe, a educação tem passado por algumas mudanças ao longo do tempo, tem recebido novas propostas, demandas e desafios a cumprir, como por exemplo o da

construção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), que se propõe uma educação mais democrática e inclusiva, e que valorize a diversidade étnica de todos os envolvidos nesse processo.

Dessa maneira, a atuação docente pode ser entendida com uma atividade complexa e repleta de desafios, portanto, desde a sua formação deve-se investir em sua preparação para lidar com a diversidade que este terá que lidar. Porém, concordamos com Munanga (2005) no sentido que há uma falta de preparo desses profissionais, o que é um reflexo do mito da democracia racial e que sem dúvida compromete a formação dos cidadãos.

Para tentar entender como essa temática se apresenta no cotiando da escola, especificamente no Ensino Fundamental II, escutamos por meio de uma entrevista com 3 professores que atuam nessa etapa de ensino, a fim de entender qual sua perspectiva e o discurso sobre a ERER e sua relação com a prática pedagógica.

Dessa forma, questionamos os professores sobre como têm ocorrido as relações étnico-raciais na escola em que estes atuam. No quadro a seguir, trazemos o primeiro bloco de questões e respostas obtidas dos três docentes, as quais deram origem a categoria “papel do componente curricular na ERER”.

QUADRO 1

CATEGORIA A: PAPEL DO COMPONENTE CURRICULAR NA ERER

Questões (1-2)	Professor Alfa	Professor Beta	Professor Gama
	[...] há uma necessidade da gente ta discutindo sempre isso em sociologia, por que a maioria dos conflitos sociológicos dentro das cidades, eles advêm exatamente dessa questão de ser direcionada mais as pessoas de cor escura[...]. [...]o preconceito é velado né, sempre tem alguma situação onde algum aluno que se reconhece como branco, chega a fazer pelo menos alguma brincadeira, que se torna uma expressão preconceituosa né. Como	[...] eu acho superimportante, eu acho que é uma coisa que, quer queira quer não, quando se discute se traz as questões da cidadania, a questão da diversidade, a questão d’até mesmo da complexidade dentro da escola[...]. [...] assim eu ainda vejo que é muito pouco ainda, poderia ser mais, poderia ser mais significativo, até quando nós estamos discutindo as questões das cotas, mesmo no ensino fundamental[...].	[...] a gente tem que na medida do possível trazer essa questão pra sala de aula, sobretudo conscientizando os alunos da importância que os diferentes grupos étnicos que formaram o Brasil[...]. [...] a gente não tem muitos casos por exemplo de um aluno afrodescendente ele ser discriminado por esse motivo, pelo menos aqui na escola eu tou há três anos e eu nunca vi [...].

Fonte: elaborado pela autora.

Ao questionarmos os professores no que diz respeito à importância de discutir o preconceito racial em suas disciplinas, foi possível perceber que estes acreditam na importância de trazer essa discussão sim, porém fica evidente que não é uma temática comumente tratada dentro de suas disciplinas, não são discussões presentes e pertinentes no dia a dia da sala de aula. As expressões utilizadas pelos professores *Beta* e *Gama*, como: “quando se discute” e “na medida do possível” deixam claro que há um distanciamento entre os conteúdos que são habitualmente abordados em suas aulas e os que estão relacionados ao racismo, o que indica que esses são debatidos eventualmente.

Da mesma forma, o professor *Alfa* reconhece a necessidade da discussão, mas acaba limitando-a à já reduzida disciplina de sociologia, que costuma ser ministrada apenas uma aula por semana na maioria das escolas públicas brasileiras. Assim, identificamos que a questão da discussão da história e cultura africana e afro-brasileira, quase não aparece dentro da escola, já que as disciplinas dos professores entrevistados, deveriam ser as mais comprometidas com essa questão.

Diante disso, concordamos com Munanga (2005) que por uma questão de falta de preparo e até mesmo por preconceitos introjetados nos próprios professores, há uma falta de aproveitamento do espaço educacional, como forma de conscientização dos alunos sobre a importância da diversidade étnica e a contribuição destas na formação de nossa identidade nacional. Nesse viés, reiteramos que a falta de compromisso muitas vezes constatados ainda na formação inicial, tem contribuído negativamente para uma educação contextualizada e inclusiva.

No que se refere a questão do tratamento entre os alunos negros e brancos no ambiente escolar, os professores *Alfa* e *Beta* relatam com nitidez a existência de preconceito entre os mesmos. Inclusive o professor *Alfa* usa exemplos de “brincadeiras” preconceituosas que costumam ser direcionadas apenas as pessoas negras e nunca aos brancos, enquanto o professor *Beta* ressalta a falta de interação entre brancos e negros como também a ausência de empatia pela questão negra nas discussões relacionada a estes.

Ao contrário dos professores *Alfa* e *Beta*, o professor *Gama* nega a existência de um tratamento diferenciado entre alunos negros e brancos na escola, de forma muito resumida e superficial, o mesmo tenta passar a impressão de que os alunos afrodescendentes não sofrem nenhum tipo de preconceito relacionado a sua cor de pele e que o mesmo nunca presenciou tal absurdo. Confrontando com as respostas enfáticas dos professores *Alfa* e *Beta*, podemos estar

diante de uma tentativa de dissimular a realidade das relações étnico-raciais no ambiente escolar.

Diante das respostas obtidas nas questões relacionados ao componente curricular e a Educação para as Relações Étnico-Raciais, acreditamos que ainda existe uma grande deficiência na tratativa dessa temática nas disciplinas do currículo escolar vigente. Assim como mostra o estudo de Silva (2007) o professor não pode fazer vista grossa para essa questão tão pertinente a educação, mas, em primeiro lugar é necessário admitir e reconhecer que a nossa sociedade é racista, para então trabalhar uma educação que venha romper com o mito da democracia racial.

As atitudes e comportamentos racistas dos alunos, relatados pelos professores, é um reflexo da sociedade racista em que vivemos, mas para que essa realidade da segregação racial venha mudar, os educadores devem sair de sua “zona de conforto” que é discutir os conteúdos relacionados a essa temática de forma simplista e acrítica, e trabalhar estratégias pedagógicas para superar esse fato, isto é, integrando uma nova leitura para educação para relações étnico-raciais.

Por outro lado, tentar esconder ou fingir que não ver, acaba contribuindo com a perpetuação desse enorme problema que é o racismo no Brasil, e que por tantos séculos se propaga em nosso meio, pois isso dá uma ideia de permissividade aos alunos, se os professores não intervêm nas situações de discriminação racial os alunos continuam a entendê-lo como uma condição natural e que portanto, não há contraindicações. Neste sentido, percebe-se que o papel do professor se torna fundamental mediação e intermediação de ações de visem combater o preconceito, uma vez que, no espaço escolar se aprende conteúdos, mas também se aprende a respeitar, construir valores, conviver com as diferenças e a diversidades.

Portanto, conforme a discussão retratada, a *Categoria A*, eleita a partir dos dados apresentados congrega um espaço de reflexão bastante promissor para a discussão da EREER no cotidiano da escola pública, uma vez que envolve a dimensão do currículo enquanto encaminhamento para se pensar a temática em debate. Tal entendimento, coloca o currículo como elemento definidor na construção de caminhos, onde esses podem ser positivos ou negativos, dependendo da orientação que ele recebe.

Tais direcionamentos, impulsionam avançar nas discussões, que são geradas partir do segundo bloco de questões e repostas, dentro da categoria “prática pedagógica dos professores”, a qual se propõe a avançar no debate e gerar reflexões mais acentuadas no campo da temática, conforme veremos no quadro 2

QUADRO 2

CATEGORIA B: PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

Questões (3-4)	Professor Alfa	Professor Beta	Professor Gama
	[...] o currículo informal da escola, duma certa forma acaba contribuindo, por que mesmo que lá no currículo, teje evitando esse tipo de situação, mas, vamos dizer assim, o dia a dia da escola as coisas passam despercebido e gente nem percebe que ta acontecendo uma forma de racismo[...]. [...]o professor pode né, pode e deve, é uma obrigação do professor tentar fazer essa parte, agora não é um trabalho fácil certo? Porque não é só a voz do professor que ta ali na frente, esse aluno quando ele vem da própria comunidade dele, da própria vivencia, do próprio dia a dia, ele vem, vamos dizer assim, já pré-formatado[...].	[...]. Quando no campo pedagógico, você não tem nenhum um projeto que trabalhe de fato a questão do respeito, a questão da tolerância, a questão de um discurso que minimize as distancias entre sujeitos, e isso partindo mesmo da questão pedagógica, como é que você vai conseguir resolver questões de preconceito racial dentro da sala de aulas? [...]. [...]com certeza, o discurso da gente interfere muito, as práticas em sala de aula interferem muito, o material que nós usamos interfere muito, a forma como você ler os textos, como você ler as imagens, como você aborda os sujeitos em sala de aula[...].	[...] a gente procura na medida do possível ser o mais democrático possível, e sobretudo como eu disse, ter cuidado com essa questão de preconceito que é uma questão muito séria, tem que ser vista como um crime mesmo[...]. [...] a gente se policiar ao máximo possível, até mesmo porque a gente, como a gente trabalha também com a voz, a gente fala muito ne, então pode ser que querendo ou não a gente deixe escapar alguma coisa né, mas ai a gente tem que sempre se policiar, mas sobretudo em relação aos alunos[...].

Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados sobre a influência que organização pedagógica pode exercer para com a reprodução do racismo, os professores *Alfa* e *Beta* reconhecem que a forma como a pratica pedagógica costuma acontecer, colabora sim com repetição de práticas racistas no ambiente escolar, e sabemos que estas consequentemente ultrapassarão os portões da escola.

Seja pelo fato de que não há uma atenção e preocupação em coibir e corrigir práticas e atitudes racistas no âmbito escolar, como pontuou o professor *Alfa*, ou pelo fato de não haverem projetos e incitativas que trabalhem a questão racial, como ressaltou o professor *Beta*, o certo é que a prática docente implica diretamente na formação dos sujeitos. Dessa forma, o educador deve primeiro conhecer a história dos povos negros, entender a complexidade que é ensina-la de forma positiva para os alunos que já trazem consigo uma visão preconceituosa em relação aos afrodescendentes, nesse sentido, Gomes enfatiza:

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de

uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra (GOMES, 2003, p.77).

Como vemos, é tarefa do professor primeiramente compreender bem a questão negra para que assim possa apresentá-la aos seus alunos, de forma a construir uma educação mais democrática. A partir da adoção de discussões mais inclusivas é possível mudar as representações negativas que foram construídas historicamente em relação aos grupos negros, de uma maneira benéfica para todos sem uma supervalorização de determinados grupos étnicos.

A resposta do professor *Gama* mais uma vez demonstra uma tentativa de esconder a deficiência que ainda existe na prática pedagógica em relação a ERER, pois a existência dessa falha vem sendo denunciada nas falas dos professores *Alfa* e *Beta*. Acreditamos que essa reposta deturpada, é fruto da ideia de que vivemos em uma nação unida, de povo gentil, livre de preconceitos apesar da diversidade que abrigamos, e que nos é vendida o tempo todo pela mídia.

Dessa forma, o educador não pode ser imparcial a essa questão, é necessário que esse tome uma posição enquanto sujeito transformador da realidade, Neves (2008, p. 04) pontua: “o professor é um elemento básico do ato pedagógico e pode ser um aliado extremamente importante para romper os elos dessa cadeia da alienação referente ao tema”. Porém se este não se atenta para a questão da Educação para as Relações étnico-raciais acaba colaborando com a continuação da segregação racial.

No que se refere à prática pedagógica enquanto ato de ressignificar pré-conceitos em relação aos povos negros, todos os professores reconhecem o papel transformador da educação, que se dá a partir da prática dos professores, mas é possível perceber ainda que são muitas as dificuldades encontradas por estes para se construir uma educação em prol das relações étnico-raciais.

O professor *Alfa* atenta para a questão de que a ressignificação não é tarefa apenas do professor, pois o preconceito que os alunos trazem de casa ou da sua comunidade por exemplo, tornam-se um desafio para que os professores possam trabalhar a questão. Dessa forma, acreditamos que trabalhar com essa questão é uma tarefa complexa sim, porém ela não pode sob hipótese alguma deixar de ser trabalhada por motivos como esse, pelo contrário, identificamos aí a urgência e relevância com que ela deve ser tratada.

Na fala do professor *Gama* é possível identificar que ele mesmo tem que se policiar para não passar um discurso preconceituoso aos seus alunos, o que significa que há um reconhecimento, mesmo que inconsciente, de que esse também é um sujeito carregado de

preconceitos como muitos em nossa sociedade. O que demonstra que a estadia das pessoas negras na escola nem sempre é agradável, se os próprios educadores também carregam consigo discursos e práticas racistas, uma hora ou outra isso pode se revelar, fazendo com que os alunos negros se sintam inferiorizados em relação aos brancos.

Nesse mesmo sentido o professor *Beta* ressalta a importância dos materiais utilizados em sala de aula, a forma como estes são usados e o mais interessante, como os alunos são tratados pelos professores em sala de aula. Sobre o material didático, concordamos com Silva (2015) em sua análise da representação do negro no livro didático, conclui que: “a ausência e o silêncio transmitidos pelo livro didático tende a contribuir para o desencadeamento de um sentimento de inferioridade racial por parte das crianças negras, e superioridade racial entre os/as alunos/as brancos/as”.

Mas, diante desse negligenciamento dos livros didáticos, o educador pode trazer alternativas que venham a visibilizar a questão negra, como o uso de outras matérias e fontes de pesquisa que façam aflorar essa temática, ou até mesmo questionamentos sobre essa ausência provocando os alunos a pensarem de forma crítica sobre essa questão, até alcançarmos um resultado positivo em relação aos afrodescendentes a partir de nossas escolas.

No que diz respeito ao tratamento dados aos alunos pelos professores, acreditamos ser crucial, pois inconsciente ou conscientemente os alunos estão ali aprendendo com seus professores, não apenas em seus discursos, mas o seu comportamento também influi na formação dos alunos. Pois ainda se acredita que o professor é um exemplo a ser seguido e que este detém formas certas de agir e fazer.

Assim sendo, acreditamos que a organização e prática pedagógica tem papel fundamental na transformação e ressignificação de conceitos e signos relacionados a pessoa negra, se assim a escola assumir sua tarefa de romper com o racismo. Mas que os seus atores encontram inúmeras dificuldades para fazê-lo, inclusive o preconceito que está incutido em si mesmos.

Dessa forma, a *Categoria B*, organizada a partir dos dados obtidos a respeito da prática pedagógica dos professores, nos leva a refletir sobre a importância do papel do professor na transformação da educação em prol da EREER e justifica também a necessidade que há em discutir essa questão sob essa perspectiva. Assim, o terceiro bloco de questões, organizadas na Categoria “Educação como veículo de transformação”, representada no quadro 3.

QUADRO 3

CATEGORIA C: EDUCAÇÃO COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO

Questões (5-6)	Professor Alfa	Professor Beta	Professor Gama
	[...] não é atraente, porque você tá num espaço aonde você não é bem acolhido, vamos dizer assim, é motivo de chacota, não é um espaço agradável para sobrevivência, é tanto que a uma evasão, um receio, você ver que o aluno negro de uma certa forma ele tem mais dificuldades de permanecer na escola de que os que se auto identificam branco[...]. [...] geralmente os negros tem mais dificuldade de concluir de terminar por causa dessas questões relacionadas ao racismo ne, que de uma certa forma está presente no dia a dia deles[...].	[...]a escola precisa ser repensada, para poder ser afetiva, ser aconchegante e o aluno, ele se sinta sujeito da história da escola, e da sua própria história, como também eu acredito muito que, para que essa escola possa se moldar aos anseios da sociedade, uma mudança curricular precisava ser construída[...]. [...] se dentro da cultura por exemplo, das brincadeiras: ei neguinho, ei neguinha, agora é você, não, você vai ficar aqui porque... sempre eu vou estar no papel subalterno[...].	[...] a gente procura na medida do possível tratar todos da mesma forma, independente da cor da pele, de religião, origem ne, então assim na nossa visão, ela é pensada pelo menos, de que todos são iguais[...]. [...]Com certeza, sobretudo porque o aluno que ele é vítima de bullying, ele passa a ter um comportamento diferenciado, ele não se envolve tanto com os colegas, então ele perde muito na questão das relações sociais[...].

Fonte: elaborado pela autora.

A resposta dada pelos professores *Alfa* e *Beta* referente à primeira pergunta, já nos mostram que existe uma diferença na estadia e permanências entre os alunos negros e brancos na escola. Na fala do professor *Alfa* a falta de acolhimento, as brincadeiras e chacotas tornam o ambiente escolar desagradável para os negros, contribuindo diretamente com o grande número de evasão dos negros nas escolas.

Assim, para o professor *Beta* a escola precisa ser repensada para se tornar agradável aos alunos negros, e para que estes se sintam sujeitos da história. Diante disso, percebemos que a escola ainda precisa trabalhar para combater a segregação e o racismo.

E não é só questão de respeitar a diferença, mas incluir, valorizar e acolher a pluralidade étnica que se encontra no ambiente escolar, se a educação é um direito de todos então todos devem ser tratados como iguais e ter a sua história contada para assim se sentir cidadão pertencente aquela realidade.

Já para o professor *Gama* a escola tem cumprido com o seu papel em superar o racismo, o que mais uma vez contraria os relatos dados pelos professores *Alfa* e *Gama*. Porém em sua

fala “a gente tenta, na medida do possível” vemos que existe um esforço para ver os alunos negros e brancos como iguais, o que mostra que este identifica diferença entre os mesmos, o que não deveria existir, mas que evita as expor.

A lei nº 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 com o intuito de promover uma educação democrática e incluyente valorizando a história e cultura dos afrodescendentes, porém, concordamos com os resultados da pesquisa de Gomes e Jesus (2013) onde constatam que pouquíssimo se sabe sobre a implementação dessas leis e suas orientações. O que se traduz ainda nesses resultados de o ambiente escolar não ser agradável e acolhedor para os alunos negros da mesma forma que é para alunos brancos.

No que se refere as consequências do racismo para o desempenho escolar dos alunos e a sua vida em sociedade, os professores reconhecem os resultados negativos e danosos deste e apontam alguns exemplos. O Professor *Alfa* atribui a dificuldade que os negros enfrentam em concluir os estudos as práticas racistas no ambiente escolar, o que influi diretamente na sua vida em sociedade.

Para o professor *Beta*, as “brincadeiras” preconceituosas, causam nos alunos negros uma baixa autoestima que compromete seriamente a sua condição de cidadão, lhe dando uma ideia e sentimento de inferioridade e marginalização. Dessa maneira identificamos que a escola não tem cumprido sua missão de promover a inclusão e promoção multiétnica entre os alunos.

O professor *Gama*, sempre com uma visão mais otimista, o que não se confirma pelo que traz os outros professores em todas suas outras respostas, demonstra a sua falta de compreensão e criticidade sobre a temática ao tratar como *bullying* os comportamentos racistas. E de forma generalizada classifica o *bullying* como questão prejudicial as relações sociais, sem fazer menção ao preconceito racial em específico.

Logo percebemos que falta uma noção das implicações que envolvem a questão negra no nosso país. Assim, acreditamos ser de suma importância um investimento em prol da mudança de todo o corpo docente e dos componentes escolares, para que o ambiente escolar possa se tornar um espaço de transformação social, através da educação que ela dispõe.

Diante disso, percebemos que ainda há muito que se trabalhar, precisamos de mudanças na formação dos professores, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas entre outros, é extremamente urgente cumprir o que se prevê na Lei e mais além, para construirmos uma Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Com esse propósito, a *Categoria C*, vem demonstrar que a escola enquanto espaço de transformação da realidade social, muitas vezes não tem cumprido seu papel, os resultados apontam que o espaço de educação é permeado pelas situações de racismo e segregação racial,

o que nos leva a questionar como as leis e ações em prol das ações afirmativas para os negros tem sido encaradas na prática. Por conseguinte, avançamos em nossa pesquisa onde buscamos também refletir sobre a visão que os alunos têm sobre o preconceito racial no cotidiano escolar, que discorreremos a seguir.

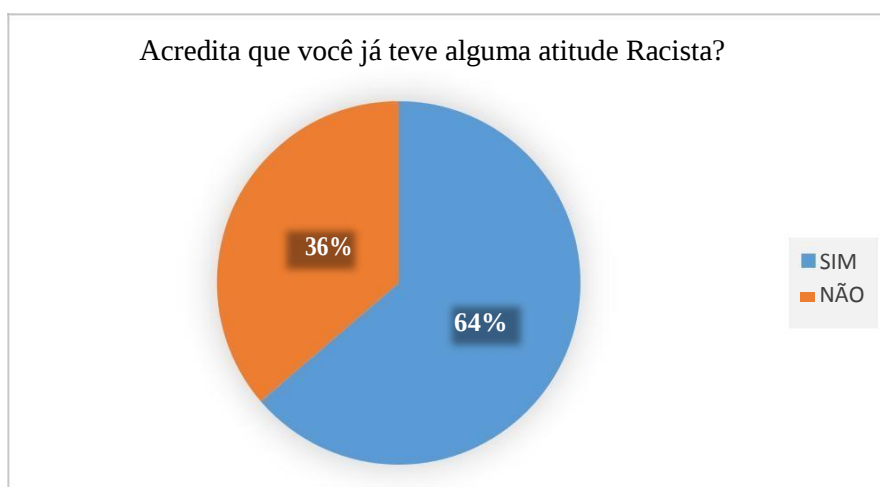
3.4 A visão dos alunos acerca do racismo e o preconceito no cotidiano escolar

Sabemos que muitas de nossas práticas e ações cotidianas, que vivenciamos na nossa família e em sociedade de forma geral, acabam se reproduzindo também nos espaços de educação, dessa forma a questão racial também faz parte do universo escolar em todas as suas instâncias. Diante disso, neste tópico procuramos entender como as relações étnico-raciais ocorrem entre alunos brancos e negros no Ensino Fundamental II.

Para que pudéssemos entender qual a visão dos alunos acerca da temática, questionamos os mesmos tomando como base dos conceitos: preconceito e racismo. Nesse aspecto, a nossa preocupação visa identificar como estes se manifestam entre os mesmos. Para tanto, utilizamos as 6 perguntas fechadas envolvendo o universo de 11 alunos que se dispuseram a participar da pesquisa.

Assim, primeiros questionamos os alunos sobre possíveis atitudes racistas que estes possam ter no ambiente escolar como demonstra o gráfico 1, e se os mesmos conhecem o conceito de racismo, como veremos a seguir.

GRÁFICO 1: Reprodução de Atitudes Racistas



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

A princípio, quando questionados sobre o que é o Racismo, a resposta foi unanime, todos sabiam argumentar sobre esse conceito e também um pouco da importância de falarmos

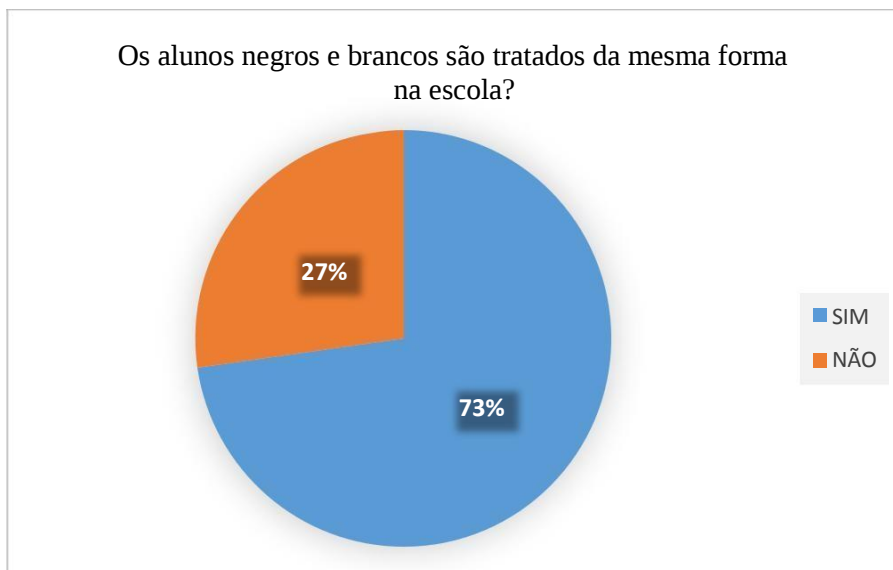
sobre este na escola. Porém nas perguntas seguintes é possível perceber a ausência de um olhar ou um comportamento mais cuidadoso em relação a este.

Já as respostas dadas para a questão de atitudes racistas na escola, representadas no gráfico acima, nos mostra que mais da metade dos alunos entrevistados já tiveram atitudes racistas no próprio ambiente escolar. O que revela nitidamente a presença forte da discriminação racial na escola. Dessa forma é possível ver que as pessoas negras, mesmo após a aprovação de várias leis antirracismo, como o Estatuto da Igualdade Racial de 2010, e a Lei Nº 10.639.2003 e consequentemente a alteração da LDB de 1996, específicas para a educação das relações étnico-raciais, que vimos anteriormente, continuam a sofrer com situações de preconceito relacionadas a sua cor de pele.

Assim, percebemos que, muitos dos alunos tem acesso a informações sobre racismo, os que participaram da pesquisa todos conheciam o termo, porém educação sobre racismo é visível que estes não possuem, pois, as confissões de atitudes racistas revelam que estes não foram educados para lidar com diferença e com a diversidade étnica que temos em nossas escolas.

Diante disso, atentamos para o fato de que estamos diante de uma pequena mostra de pessoas que acessam as escolas e vivem em nossa sociedade, nos levando a refletir como isso funciona na esfera total da sociedade, ou seja, quantas atitudes e comportamentos racistas acontecem todo dia nos diversos espaços da sociedade? Já que todas as pessoas que entram e saem da escola, e até mesmo as que por lá nem chegam, vivem em uma mesma sociedade, onde essas representações são amplamente repassadas e reproduzidas. Nessa perspectiva, seguimos indagando os alunos sobre o tratamento que negros e brancos recebem no ambiente escolar, vejamos a seguir no gráfico 2.

GRÁFICO 2: Negros e Brancos no Ambiente Escolar

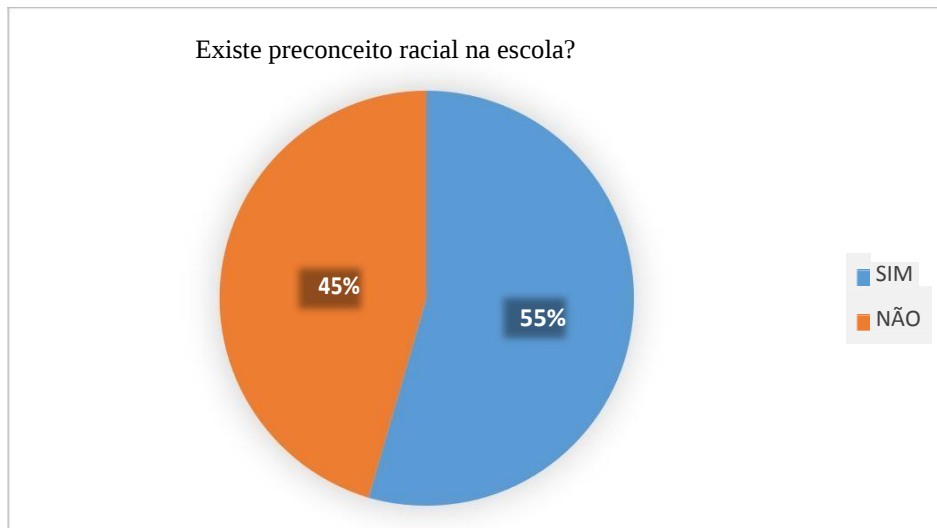


Esse resultado aponta que, mesmo os alunos não sendo preparados desde cedo na escola ou em casa para identificar situações de discriminação racial, pois nossa sociedade não prioriza essa pauta, alguns alunos puderam perceber a relação desigual entre alunos negros e brancos no ambiente escolar. O que nos mostra que as situações de discriminação racial perpassam o ambiente escolar, e pode ser sentido pelos alunos que nela se encontram.

Assim sendo, esta resposta nos remete rapidamente ao lugar e as situações que as (os) alunas (os) enfrentam dentro da escola. As respostas SIM, que totalizaram 73%, referidas a essa questão, já representam um resultado preocupante, pois essa diferenciação entre alunos de diferentes etnias não deveria sequer existir, que dirá ser percebida. Diante disso, concordamos com Silva (2015), que a discriminação racial está presente na escola, e pode ser encontrada em toda a comunidade escolar, como estudantes, professores, direção e materiais didáticos.

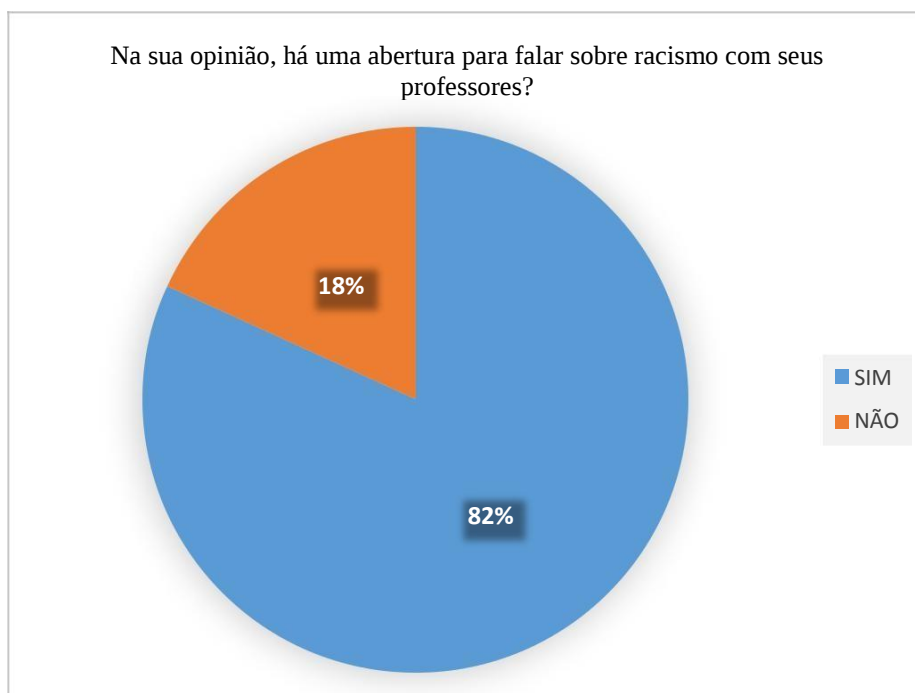
Portanto, é possível constatar que desigualdade racial também se materializa em nossas escolas, tornando a permanência das pessoas negras nesses espaços não tão agradáveis, em consonância com Silva (2015), as experiências das crianças negras na escola tendem a ser traumáticas, justamente pela inferioridade a que são submetidas pelos demais. Logo esses dados nos fazem refletir sobre a situação dos negros dentro da escola, o que nos leva a seguir nossos questionamentos. Assim, indagamos sobre a presença do preconceito racial na escola, vejamos organizado no gráfico 3.

GRÁFICO 3: Preconceito Racial na Escola



Dos 11 Alunos questionados sobre a existência de preconceito racial a escola, 6 responderam que existe sim, e isso demonstra o quanto que temos aprendido sobre igualdade racial na escola. São muitos anos alimentados por uma educação eurocêntrica, de dominação e segregação racial. O que reflete diretamente no comportamento dos que estão envolvidos nesse sistema. O silenciamento e desvalorização da cultura negra em nossa história, tornam-se bastante visíveis nesses momentos.

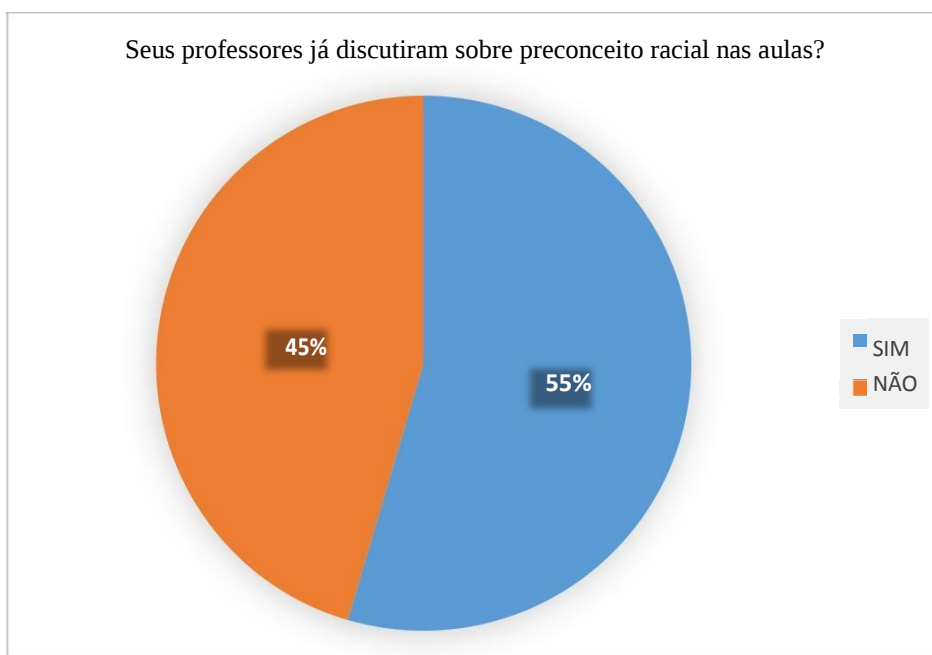
Partindo desse entendimento, urge a necessidade de uma educação que elimine as diferenças entre negros e brancos, e a certeza de que esta deve ser trilhada. A lei nº 10.639/03 nos traz essa diretiva, onde propõe novas formas de ensino que venham a romper com a naturalização do racismo em nossa sociedade a partir da escola. Diante disso, concordamos com Silva ; Alencar (2014) que a escola deve repensar suas práticas e suas ideias a fim de ressignificar e positivar as identidades a partir dos procedimentos de ensino. Para que resultados como estes não sejam mais vistos em nossas escolas. Na mesma perspectiva convidamos você, caro leitor, a refletir acerca da visão dos alunos no que tange à prática docente e a educação para as relações étnico raciais:

GRÁFICO 4: Falando Sobre Racismo

Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Diante dos resultados já apresentados nas perguntas anteriores, acreditamos que esse número de 82% sim, obtido na questão acima, sobre essa abertura para falar sobre racismo com seus professores, que a maioria dos alunos acreditam ter, não está diretamente relacionado a temática específica do preconceito racial, e sim nas temáticas que perpassam essa relação aluno professor cotidianamente nessa escola em questão, já que o alto índice de alunos que assumem atitudes racistas e diferenciação entre negros e brancos no ambiente escolar, provam que esta não vem sendo discutida de forma eficaz na escola.

Assim, entendemos que como educadores, estes estão predispostos para atender e tentar sanar as demandas dos alunos, porém a iniciativa em tratar a temática em questão não é tão priorizada quanto deveria, já que desde 2003 é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de educação básica do país. Portanto, não foi possível perceber um comprometimento com esse debate, e muito menos indícios de sua presença na escola em questão. Dessa forma questionamos os alunos acerca da existência de discussões sobre preconceito racial na sala de aula, como destacamos no gráfico 5.

GRÁFICO 5: Discussão do Preconceito Racial na Sala de Aula

Diante desse resultado é possível ver que a temática em algum momento tem sido abordada sim, inclusive não sabemos de qual forma, mas esse não é nosso objetivo no momento, porém 45% dos alunos entrevistados que estão no Ensino Fundamental II nunca ouviram seus professores discutirem essa temática, talvez nunca em sua vida toda.

O que demonstra que existe uma deficiência, e um descumprimento do que está previsto em lei, lei essa que é fruto de uma grande luta do movimento negro, que sofreu todo tipo de agressão para chegar até essa resolução. A pesquisa foi aplicada no segundo semestre de 2018, são 15 anos desde a implementação da Lei 10.639/2003 e ainda existem alunos frequentadores regular da escola que não tiveram contato com a educação para as relações étnico-raciais.

Dessa forma concluímos nesse tópico que, de acordo com a visão dos alunos, o preconceito e o racismo se faz presente no ambiente escolar sim. E podemos entender isso como resultado de séculos de escravidão, depois invisibilização, segregação e silenciamento nas diversas esferas da sociedade. A esperança é que através da educação essa condição possa ser superada, mas ao mesmo tempo evidencia-se o quanto que ainda deve ser feito pois as deficiências são muitas.

Assim, percebemos que as relações étnico-raciais em nossas escolas ainda são questões conflitantes. Apesar de estarmos tratando de uma pequena amostra de alunos, devido as limitações surgidas durante o tempo da pesquisa, os resultados nos mostram que ainda a muito

que se discutir e se aprender sobre racismo, preconceito racial, e discriminação racial na educação. É inaceitável que negros/as tenham sua permanência na escola ameaçadas, por conta de que não estamos e não somos preparados para conviver com a diferença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como proposta analisar como está se dando a Educação para Relações Étnico-raciais (ERER), no contexto de uma escola pública do Ensino Fundamental. Portanto, decorrente do debate foi possível perceber que desde a imigração forçada dos negros para o Brasil, estes foram brutalmente violentados, discriminados e excluídos. O período colonial se constitui no principal momento definidor da nossa história e de nossa sociedade, e podemos dizer que daí, herdamos essa chaga chamada racismo, que foi mantida no período imperial e republicano com a segregação negra e hoje o temos incutida em todas as nossas relações sociais inclusive em nossas escolas.

Na medida em que foi se aprofundando na pesquisa, notou-se que às práticas escolares eurocêntricas e etnocida, acabam por perpetuar esse modelo de dominação de uma etnia sobre a outra. Em outras palavras, essa perspectiva evidenciou que o modelo dominante de uma Educação reprodutivista é bastante presente.

Assim, a tentativa de compreender como tem se dado a educação para as relações étnico-raciais no Brasil e como esses têm sido tratados na educação básica, nos mostrou que a educação negra em nosso país, por muito tempo foi negligenciada, e que estes só conseguiram ingressar no sistema de ensino, por meio de muitas lutas e resistência, especialmente dos movimentos negros, que até os dias de hoje reivindicam por direitos, pois a sua incipiente inserção não significa ainda a sua aceitação e valorização por parte de toda uma sociedade racista.

Os resultados mostraram-se bastante representativos, mesmo que algumas vezes de forma introdutória, que a prática pedagógica pode influenciar na materialização da identidade negra e refletir acerca das relações étnico-raciais no contexto do ensino fundamental II, onde percebemos que a prática pedagógica incide diretamente naquele que está a formar, dessa maneira constatou-se à necessidade um melhoramento na preparação dos professores que estão atuando nas escolas, seja na graduação e na formação continuada, para que assim estes estejam preparados para construir uma Educação para as Relações ético-Raciais junto aos seus alunos.

No que se refere aos marcos jurídicos, a implementação das Leis nº 10.639/03 e a 11.645/2008 no contexto escolar, foi perceptível uma distância muito grande entre o que propõe as leis e sua materialização na escola. Razão pela qual, busca-se a reconstrução de uma mentalidade antirracismo, por parte de todos os envolvidos na educação. Incrementando a luta dos negros na sociedade brasileira, que é sempre marcada por avanços e limitações.

Na pesquisa realizada com os alunos foi possível perceber, que existe ainda uma forte presença do racismo dentro da escola, entre os alunos e também por parte do próprio corpo

docente. Seja na diferenciação de tratamentos que se dá a determinados grupos de alunos, ou seja pela ausência de discussões sobre a EREER dentro desse espaço, esses alunos acabam não tendo a oportunidade de ver a questão racial de outra forma, a partir de um olhar crítico, deixam de ter um aproveitamento do espaço educacional para rever equívocos e preconceitos que são reproduzidos ao longo do tempo em relação a cultura negra.

Constatamos também que em relação a atuação do professor, o componente curricular, ou seja, os conteúdos ministrados de acordo com o currículo vigente, presente no cotidiano escolar da escola pública, merece ser repensado e reaproveitado para trazer à tona as questões das relações étnico-raciais de acordo com o que prevê a EREER, pois ainda existe uma grande deficiência referente a essa discussão que pode ser atribuída ao mito da democracia racial existente em nossa sociedade.

No que diz respeito a prática pedagógica dos professores especificamente, vemos a importância do papel do professor na transformação da educação em prol da EREER. Dessa forma o silenciamento e omissão em trabalhar por uma educação mais democrática e incluyente acaba contribuindo com a reprodução e perpetuação do racismo. É preciso que haja um investimento na formação e preparação dos professores a luz das leis de inclusão racial para que estes possam atuar com segurança nessa perspectiva, contribuindo assim no rompimento com práticas e atitudes racistas.

Dessa forma, reafirmou-se que a educação pode e deve funcionar como veículo de transformação social. De forma a ressignificar os conceitos e estereótipos que são atribuídas às pessoas negras, reeducando tanto os próprios negros, quanto a sua história e cultura, como os não negros, para que todos possam ser educados para conviver com a diferença, dentro de suas especificidades, não de forma igual, mas conscientes de sua igualdade de direitos enquanto cidadãos, inclusive o direito a educação.

Esperamos, com este trabalho contribuir para que a questão do racismo no Brasil não saia de pauta principalmente nos espaços educacionais. Pois ao observamos o nosso dia a dia, logo percebemos a presença marcante do racismo nos diversos segmentos da sociedade, dessa forma não podemos deixar de denunciar a desvalorização que os afrodescendentes sofrem de longa data em nosso país e a urgência em ressignificar esses signos e conceitos que se formaram em torno deles ao longo da história.

Diante disso, a pesquisa nos proporcionou a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Racismo e preconceito que se instalaram em nosso meio e também compreender que a educação se torna instrumento chave na ressignificação e valorização da cultura afro e afro-

brasileira, dessa forma toda a comunidade escolar deve ser encorajada e incorporada na luta contra a discriminação racial.

Enfim, acreditamos na importância dos debates referentes a desconstrução do racismo, e que estes continuem a ser difundidos para que um dia todos sejam tratados de forma igual, mesmo que cada um dentro de sua diferença, mas que ninguém se sinta inferiorizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.234-246, 31 ago. 2016.

BARROS, Cesar Mangolin. **O movimento negro ao longo do século XX: Notas históricas e alguns desafios atuais**. [s.l.], maio.2003.

BARROSO, Gisele Nascimento; OLIVEIRA, Ilka Joseane Pinheiro. **O olhar docente sobre educação das relações étnico- raciais**: fios e tramas do imaginário social de professores em Belém do Pará. In: reunião nacional da anped, 37, Florianópolis. Ufsc, 2015. p. 1 – 18.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Constituição (1989). Lei nº LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Brasília.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Decreto. Brasília, DF, 7 jul. 1992.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: SECAD, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. **Relações Étnico-Raciais e de Gênero**. Brasília, 2007.

_____. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2010.

CALEIRO, João Pedro. O tamanho da desigualdade racial no Brasil em um gráfico. Revista **EXAME**. São Paulo: Abril, 03 dez. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/o-tamanho-da-desigualdade-racial-no-brasil-em-um-grafico/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

_____. Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. **Revista EXAME**. São Paulo: Abril, 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

D'AVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no brasil - 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2005.

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s.l.], v. 23, p.100-122, mar. 2007. Mensal.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A história da educação dos negros no brasil**. Niterói: Eduff, 2016. 442 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GELEDÉS. **A Nova Globalização Negra: conexões das diásporas e países africanos**. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nova-globalizacao-negra-conexoes-das-diasporas-e-paises-africanos/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 10, n. 18, p.1-22, 27 abr. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

_____, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Resistência Democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988**. 145. ed. Campinas: Dossiê, 2018.

_____, Marcilene Pelegrine; GUIMARÃES, Warlúcia Pereira. Educação para relações étnico-raciais: A experiência da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. **Retratos da Escola**, Brasília, p.499-511, dez. 2013. Semestral.

_____, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p.95-108, jan. 2008. Anual.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita histórica contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

JESUS, Samuel de. O negro na educação brasileira. **Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, Minas Gerais, n. 1, p.1-11, maio 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no brasil:** questões conceituais e normativas. 7. ed. Florianópolis: Nuer/ufsc, 2000.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimento Metodológico na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, Florianópolis, n. 10, p. 37 – 45, 2007.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. ABOLIÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE. **HISTEDBR**, Campinas, p.83-104, dez. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16ª edição. Petrópolis: RJ. Vozes, 2004

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Kabnegele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NETO, Dirceu Marchini. O TRABALHO COMPULSÓRIO NO BRASIL COLÔNIA. **Facmais**, Goiás, v. 3, n. 1, p.1-13, 2013. Semestral.

NEVES, Pollyana Cassiano. **As Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil**. Uberlândia.2008.

NUNES, Ranchimit Batista. **História da Educação Brasileira:** o negro no processo de constituição e expansão escolar. In: XXII EPENN, 22. 2014, Natal.

ONOFRE, Joelson Alves. **A LEI 10.639/03 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de. **Racismo e Escravidão no Brasil do século XIX:** entre diários, literatura e arte. [2012]. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=1723fad1c93e5c6c>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro dos séculos XVII a XIX. **Sankofa:** Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.20-46, jun. 2008. Mensal.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **“O Mundo Negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. **Diversidade na educação:** reflexões e experiências. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnologia, 2003. 170 p.

SANTOS, Anderson Oramisio et al. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. In: EDUCERE, 11, 2013, Curitiba. **XI Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: Pucp, 2013. p. 20855 - 20869.

SANTANA, Carlos. ABDIAS DO NASCIMENTO: ATUAÇÃO DE UM NEGRO NO PARLAMENTO BRASILEIRO 1983 – 1986. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.101-108, maio 2015.

SILVA, Sueli Melo. EDUCAÇÃO E RACISMO NO BRASIL. **Histedbr**, Campinas, v. 1, n. 18, p.93-99, jun. 2005.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Mosaico**, Minas Gerais, v. 7, n. 2, p.191-200, jul. 2014.

SILVA, Flávia Carolina da. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. *África e Africanidades*. Paraná, p. 1-18, 20 jul. 2015.

SILVA, Maysa Ferreira da. Pensamento abissal, educação e movimento negro. **Educar em Revista**, [s.l.], v. 34, n. 69, p.349-355, jun. 2018.

SILVA, Cristiane Sousa da; ALENCAR, Linconly Jesus Pereira. **Educação das Relações Étnico-Raciais e construção do Currículo escolar**. Mossoró: Edufersa, 2014.

SILVA, Thiago Dantas da; SANTOS, Máira Rodrigues dos. A ABOLIÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS INJUSTIÇAS: A LUTA DOS NEGROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p.1-10, 2012.

SODRÉ, Muniz. **CLAROS E ESCUROS: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOLIDADE, Wilker; MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE: DILEMAS E PERSPECTIVAS. **Triangulo**, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p.53-67, jan. 2013. Semestral.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES

- 1 - Considera importante discutir o preconceito racial em sua disciplina? Por quê?
- 2 – Na sua concepção, a organização pedagógica contribui com a reprodução de atitudes racistas? Como?
- 3 – A prática do professor pode contribuir com a ressignificação de alguns signos e conceitos em relação a pessoa e/ou cultura negra? Como? Por quê?
- 4 – Na atualidade, você acredita que a escola é um lugar atraente e agradável da mesma forma para alunos negros e brancos? Por quê?
- 5 – como você tem percebido o tratamento entre os alunos negros e brancos no ambiente escolar?
- 6 - Você acredita que o racismo pode afetar o desempenho escolar dos alunos, e consequentemente sua vida em sociedade?

APÊNDICE B – QUESTIONARIO APLICADO AOS ALUNOS

- 1 - Você sabe o que é racismo? Considera importante falar sobre isso? Por quê?
- 2 – Acredita que você já teve alguma atitude racista? Qual?
- 3 – Os alunos negros e brancos são tratados da mesma forma na escola?
- 4 – Existe preconceito racial na escola?
- 5 – Na sua opinião, há uma abertura para falar sobre racismo com seus professores?
- 6 – Seus professores já discutiram sobre preconceito racial nas aulas? Quais aulas e como?

ANEXOS

ANEXO - A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisadores Responsáveis: Mauro Antônio de Oliveira (professor Orientador) E-mail: mauroant2@hotmail.com Vanessa Cistina de Oliveira Silva (Orientanda) - Discente do curso de Licenciatura. Educação Campo - Habilitação em Ciências Humanas e Sociais - UFERSA)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: A construção da identidade negra no ambiente escolar: Um estudo sobre as relações étnico-raciais no ensino fundamental II em uma escola estadual de Mossoró-RN da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA / Campus Mossoró. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, é de forma voluntária, onde você não terá nenhum pagamento e/ou custo referente à sua participação no estudo.

Sua identidade pessoal (nome e demais dados) será mantida em sigilo e os materiais utilizados para coleta dos dados ficarão armazenados sob responsabilidade dos pesquisadores por cinco anos, após esse período serão queimados e apagados do banco de dados. Os resultados poderão ser divulgados e apresentados em congressos e outros eventos científicos ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, ou qualquer informação que esteja relacionada com a sua privacidade.

Em qualquer momento você poderá solicitar esclarecimentos ou informações adicionais sobre o andamento da pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo, além de também não permitir a utilização dos dados coletados durante a pesquisa.

O estudo será realizado através de 22 questões sendo dividido em perfil e percepção do entrevistado sobre o tema da pesquisa, e no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Existem duas vias para você assinar, onde uma delas é sua e a outra será arquivada pelos pesquisadores.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Discente Pesquisador

Professor Orientador

Mossoró, ____/____/____

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
MENOR Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Menores de 18 anos)

Seu (Sua) filho (a) está sendo convidado a participar do projeto de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias e sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós.

Eu _____ concordo de livre e espontânea vontade que meu (minha) filho (a) nascido (a) em _____/_____/_____, participe do estudo: A Construção da Identidade Negra no Ambiente escolar: Um estudo sobre as relações étnico-raciais no ensino fundamental II em uma escola estadual de Mossoró-RN.

I). Os resultados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas (TCC, congressos, artigos, simpósios, revistas e outros), desde que nem o meu nome nem o de meu filho sejam mencionados;

II). Caso eu desejar, poderei tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa:

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

III). O participante não terá nenhum tipo de despesa com o estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação e, em qualquer etapa do mesmo, poderão ser tiradas as dúvidas que surgirem através do telefone do pesquisador ou responsável.

IV). O estudo será realizado através de um questionário contendo 10 (dez) perguntas sobre o tema da pesquisa, e no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Existem duas vias para você assinar, onde uma delas é sua e a outra será arquivada pela professora orientadora.

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Telefone para contato: (84) 994561737

Assinatura do (a) responsável pelo (a) participante da Pesquisa

Vanessa Cristina de Oliveira Silva

(Discente Pesquisador)

Mossoró,_____/_____/_____

Mauro Antônio de Oliveira

(Professor Orientador)